



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

BOLETIM INFORMATIVO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

1.º TRIMESTRE DE 2017



Novembro de 2017



FICHA TÉCNICA

“Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 1.º Trimestre de 2017”

é uma publicação da

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

Presença na Internet: www.utam.gov.pt

Na capa: Painéis da Escadaria Nobre do Ministério das Finanças (1950-54), que representam “as atividades nacionais que concorrem para as finanças públicas”, da autoria do pintor Joaquim Rebocho.



Índice

1	SUMÁRIO EXECUTIVO.....	7
2	ENQUADRAMENTO.....	9
3	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	10
3.1.	ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	10
3.1.1.	Resultado Líquido	10
3.1.2.	Dívida Remunerada	13
3.1.3.	EBITDA.....	15
3.1.4.	Volume de Negócios	17
3.1.5.	Gastos Operacionais	19
3.1.6.	Prazo Médio de Pagamentos.....	23
3.2.	ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO.....	25
3.2.1.	Liquidez	25
3.2.2.	Rentabilidade.....	26
3.2.3.	Endividamento.....	28
4	CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2017.....	29
5	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	30
6	UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	36
	ANEXOS	38
A.	EMPRESAS CONSIDERADAS	38
B.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	40

**Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Setores de atividade	9
Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade.....	11
Tabela 3 – Endividamento por setor de atividade	13
Tabela 4 – EBITDA por setor de atividade	15
Tabela 5 – Volume de Negócios por setor de atividade.....	18
Tabela 6 – Gastos Operacionais por setor de atividade.....	20
Tabela 7 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade	22
Tabela 8 – PMP por setor de atividade (dezembro 2016 e março 2017).....	24
Tabela 9 – Indicadores de Liquidez por setor de atividade.....	25
Tabela 10 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade.....	27
Tabela 11 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade.....	28
Tabela 12 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão	29
Tabela 13 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão a 31 de março de 2017.....	30
Tabela 14 – Valor dos IGRF por setor de atividade (excluindo IGRF em processo de contencioso).....	32
Tabela 15 – Valor dos IGRF em processo de contencioso.....	32
Tabela 16 – Variação dos IGRF, por empresa (excluindo IGRF em processo de contencioso)	33
Tabela 17 – Variação dos IGRF em processo de contencioso	33
Tabela 18 – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade	34
Tabela 19 – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade (processos em contencioso)	34
Tabela 20 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade	37
Tabela 21 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade	37
Tabela 22 – Resultado Líquido por empresa	40
Tabela 23 – Endividamento por empresa	43
Tabela 24 – EBITDA por empresa	46
Tabela 25 – CMVMC por setor de atividade	49
Tabela 26 – FSE por setor de atividade	49
Tabela 27 – Gastos com Pessoal por setor de atividade	50
Tabela 28 – Administração Pública: estatísticas descritivas	51
Tabela 29 – Agricultura e Pescas: estatísticas descritivas	51
Tabela 30 – Atividades Administrativas: estatísticas descritivas	52
Tabela 31 – Construção: estatísticas descritivas	52
Tabela 32 – Cultura: estatísticas descritivas	53
Tabela 33 – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas.....	53
Tabela 34 – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas	54
Tabela 35 – Gestoras de Património: estatísticas descritivas	54
Tabela 36 – Indústrias Transformadoras: estatísticas descritivas.....	55
Tabela 37 – Informação e Comunicação: estatísticas descritivas	55
Tabela 38 – Saúde: estatísticas descritivas	56
Tabela 39 – Transportes e Armazenagem: estatísticas descritivas.....	56



Índice de Figuras

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido	12
Figura 2 – Desempenho das empresas públicas: endividamento	14
Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA.....	16
Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios	19
Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais	21
Figura 6 – Evolução do PMP por setor de atividade (março 2016 – março 2017).....	23
Figura 7 – Distribuição do PMP em março de 2017.....	24
Figura 8 – Cumprimento dos objetivos de gestão para 2017, percentagem de empresas	30
Figura 9 – Variação das taxas EUR e USD	35
Figura 10 – Evolução de volatilidade implícita em swaption 5y5y ATM	35
Figura 11 – Centralização de disponibilidades por natureza de empresa	36



1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O “Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 1.º Trimestre de 2017” apresenta a informação de natureza económico-financeira que permite avaliar a evolução da situação financeira e patrimonial das empresas públicas durante os primeiros três meses de 2017. Recorreu-se à agregação das empresas públicas por setores de atividade de acordo com a Classificação de Atividades Económicas, apresentando-se para os indicadores mais importantes a informação detalhada por empresa. A análise é feita em termos homólogos (isto é, por comparação com o final do primeiro trimestre de 2016) ou por comparação com os valores no final de 2016, consoante a natureza dos indicadores em análise.

Nos primeiros três meses de 2017 o Resultado Líquido das empresas públicas aumentou em 112 milhões de euros (28%) face ao verificado no período homólogo de 2016. Este aumento do Resultado Líquido decorreu maioritariamente dos setores *Transportes e Armazenagem* (89 milhões de euros) e das *Empresas Financeiras* (48 milhões de euros), tendo sido parcialmente compensado pelo decréscimo registado no setor da *Saúde* (41 milhões de euros de redução). A empresa pública que teve o aumento mais significativo do Resultado Líquido face ao período homólogo foi a Metro do Porto, S.A. (56 milhões de euros), seguida da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (48 milhões de euros) e da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (15 milhões de euros).

Quanto ao nível de endividamento das empresas públicas, deu-se um aumento 31 milhões de euros no primeiro trimestre de 2017, isto é, permaneceu praticamente ao mesmo nível (variação de 0%) face ao final de 2016. O setor das *Empresas Financeiras* foi o que registou o maior aumento (20 milhões de euros), devido sobretudo à PARVALOREM, S.A., cuja dívida aumentou 27 milhões de euros.

O Volume de Negócios, pelo seu lado, diminuiu 1% face ao trimestre homólogo (18 milhões de euros), sobretudo em consequência de uma queda de 40 milhões de euros no setor das *Empresas Imobiliárias*, na ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliária, S.A.. Os Gastos Operacionais, pelo contrário, aumentaram 30 milhões de euros (2%), o qual se deveu sobretudo ao setor da *Saúde*, com um aumento de 73 milhões de euros (6%) – entre as dez empresas com maior aumento dos gastos operacionais, nove são deste setor. Não obstante, o EBITDA melhorou 80 milhões de euros face ao período homólogo e a rentabilidade dos capitais próprios¹, embora continue negativa, melhorou também, de -0,8% para -0,4%.

O Prazo Médio de Pagamentos para o conjunto das empresas analisadas aumentou, em termos médios², no primeiro trimestre, situando-se no final de março em 66 dias, igual ao verificado em dezembro do ano anterior.

¹ Calculada apenas para as empresas públicas com capitais próprios não negativos.

² Isto é, a média para o conjunto das empresas tratadas no presente Boletim do valor do Prazo Médio de Pagamentos.



No que respeita aos objetivos de gestão para o ano de 2017³, refira-se que a atividade desenvolvida até ao final de março daquele ano indicia que 80% das empresas públicas cumpriram as instruções relativas à redução do endividamento, 28% as respeitantes ao aumento do EBITDA, 39% cumpriram os objetivos referentes aos Gastos Operacionais, e 44% cumpriram o objetivo de redução do seu Prazo Médio de Pagamentos.

No primeiro trimestre de 2017, assistiu-se a uma variação positiva, de cerca de 61 milhões de euros, da carteira de Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro do Setor Empresarial do Estado (SEE). Refira-se, para este efeito, a melhoria da sua valorização (MtM) da ordem de 75 milhões de euros, compensada parcialmente pelo *cash flow* negativo em cerca de 14 milhões de euros.

No que respeita à Unidade de Tesouraria do Estado, saliente-se o acréscimo das disponibilidades financeiras do SEE depositadas na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP) em cerca de 28 milhões de euros, mantendo-se nos 1,7 mil milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2017. A taxa de centralização de fundos junto da IGCP aumentou de 86% no final de 2016 para 88% no final do primeiro trimestre de 2017.

³ Os objetivos de gestão das empresas públicas são fixados para o conjunto do ano, sem desagregação trimestral. A UTAM faz a sua análise considerando um padrão regular de evolução ao longo do ano, o que não tem necessariamente que corresponder ao padrão resultante da normal atividade da empresa. Na medida em que tal aconteça e que, portanto exista um padrão sazonal de evolução, podem verificar-se desvios sistemáticos (positivos ou negativos) entre os valores trimestrais e o valor atingido em final de ano. Estes valores devem, portanto, ser interpretados com cautela, exceto no que respeita ao do quarto trimestre.

2 ENQUADRAMENTO

O presente Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado (SEE), referente ao primeiro trimestre de 2017, considera as empresas públicas que até ao último dia útil do mês de outubro⁴ tinham inserido no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), as demonstrações financeiras e demais informação económica à data de 31 de março consideradas necessárias para a elaboração do mesmo⁵.

Os setores de atividade considerados neste Boletim foram definidos tendo em conta a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas – Revisão 3 (CAE)⁶, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, tal como apresentado na tabela seguinte.

Tabela 1 – Setores de atividade

Setor	Secção da CAE	Designação da CAE
Administração Pública	O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
Agricultura e Pescas	A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
Atividades Administrativas	N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
Construção	F	Construção
Cultura	R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
Empresas Financeiras	K	Atividades financeiras e de seguros
Empresas Imobiliárias	L	Atividades imobiliárias
Gestoras de Património	M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
Indústrias Transformadoras	C	Indústrias transformadoras
Informação e Comunicação	J	Atividades de informação e de comunicação
Saúde	Q	Atividades de saúde humana e apoio social
Transportes e Armazenagem	H	Transportes e armazenagem

No Anexo A encontram-se elencadas, por setor de atividade, as 86 empresas do SEE consideradas neste Boletim.

⁴ A data limite para as empresas inserirem os dados da execução do primeiro trimestre de 2017 era 30 de abril de 2017. Ainda assim, foram consideradas todas as empresas que inseriram os seus dados até ao dia 31 de outubro. Foi assim tratada informação referente a 86 empresas.

⁵ Foram utilizados os Balanços previsional e de execução trimestral referentes ao primeiro trimestre de 2017, o Balanço de execução trimestral do último trimestre de 2016, as Demonstrações de Resultados previsional e de execução do primeiro trimestre de 2017 e do trimestre homólogo, bem como o Prazo Médio de Pagamentos. Procedeu-se à correção de alguns dados e à exclusão de outros cuja validade não foi possível comprovar, pelo que o conjunto das empresas consideradas em cada vertente da análise pode variar.

⁶ Que pode ser consultada no sítio na internet do Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, em <http://www.sicae.pt/>.



3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Nesta secção é apresentado o desempenho operacional e financeiro das empresas públicas, agrupadas em setores de atividade. Foram consideradas duas vertentes de análise:

- a) Cálculo de desvios face à previsão⁷, de forma a avaliar a implementação dos Planos de Atividades e Orçamentos por parte das empresas públicas. Procedeu-se à comparação entre a previsão relativa ao primeiro trimestre (2017P nas tabelas abaixo) e o valor executado no mesmo período (2017E nas mesmas tabelas), para cada um dos indicadores considerados;
- b) Avaliação da evolução face ao ano anterior, comparando-se o valor executado no primeiro trimestre de 2017 com o verificado no período de referência⁸.

3.1. ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

3.1.1. Resultado Líquido

O Resultado Líquido das empresas públicas no primeiro trimestre de 2017 foi negativo em aproximadamente 294 milhões de euros, valor inferior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 36 milhões de euros (14%). No entanto, note-se que o resultado registou um acréscimo de 28%, cerca de 112 milhões de euros face ao reportado no mesmo período de 2016. A tabela que se segue apresenta o Resultado Líquido realizado pelas empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

⁷ Por previsão entendem-se os valores constantes dos Planos de Atividades e Orçamentos das empresas públicas, aprovados ou propostos e inseridos em SiRIEF. Quando os valores se referem apenas ao final do ano, para obter os desvios de previsão (para o primeiro trimestre) assumiu-se uma evolução constante das rubricas ao longo do ano.

⁸ Considerou-se o primeiro trimestre de 2016 para análise de indicadores da Demonstração de Resultados (fluxos) e o final do exercício de 2016 para a análise de indicadores do Balanço (*stocks*).

Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016		
	Execução (2017E) [1]	Previsão (2017P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	6.704	12.412	-5.709	-46%	834	5.869	704%
Agricultura e Pescas	630	15	615	4.173%	-353	983	278%
Atividades Administrativas	253	-57	310	543%	162	91	56%
Construção	-5.302	-2.016	-3.286	-163%	-2.397	-2.904	-121%
Cultura	581	1.093	-512	-47%	954	-373	-39%
Empresas Financeiras	-6.934	-31.820	24.886	78%	-55.076	48.142	87%
Empresas Imobiliárias	5.567	4.848	718	15%	5.577	-10	-0%
Gestoras de Património	-29.134	-53.202	24.068	45%	-44.603	15.468	35%
Indústrias Transformadoras	3.067	1.622	1.445	89%	3.360	-293	-9%
Informação e Comunicação	272	1.404	-1.132	-81%	1.551	-1.279	-82%
Saúde	-221.661	-103.186	-118.475	-115%	-179.722	-41.939	-23%
Transportes e Armazenagem	-48.392	-89.628	41.236	46%	-136.954	88.562	65%
Total	-294.350	-258.515	-35.836	-14%	-406.667	112.317	28%

O setor dos *Transportes e Armazenagem* registou o maior aumento do Resultado Líquido, em torno de 89 milhões de euros, sendo mais de metade deste acréscimo explicado pela evolução registada pelo Metro do Porto, S.A. (Metro do Porto). O setor das *Empresas Financeiras* apresentou o segundo maior acréscimo do Resultado Líquido em relação ao registado um ano antes, na ordem dos 48 milhões de euros, devido à evolução do resultado da Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A. (Parpública).

Quanto ao desvio de previsão face aos orçamentos das empresas, o Resultado Líquido do setor dos *Transportes e Armazenagem* superou a previsão em cerca de 41 milhões de euros tendo sido o setor com maior desvio positivo. Por outro lado, o setor da *Saúde* registou o maior desvio de previsão negativo face ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas, cerca de 118 milhões de euros. Foi também este o setor com o maior decréscimo no primeiro trimestre de 2017 face ao período homólogo, de aproximadamente 42 milhões de euros.

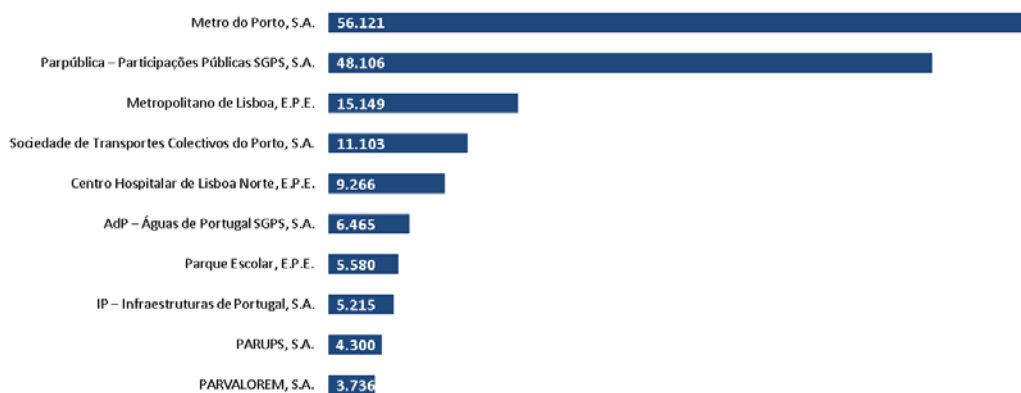
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do Resultado Líquido no primeiro trimestre de 2017, face ao período homólogo.

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido

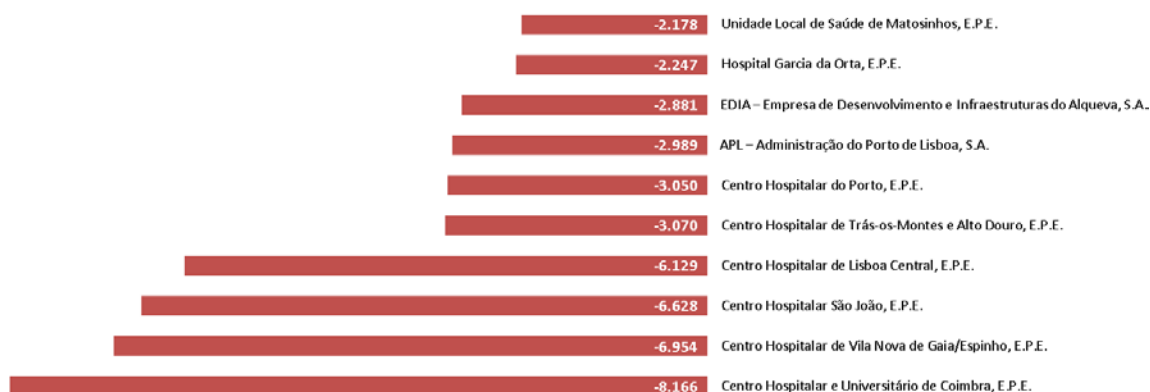
Unidade: Milhares de euros

RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do Resultado Líquido

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior decréscimo do Resultado Líquido



Fonte: SiRIEF

No caso da Metro do Porto, a melhoria do Resultado Líquido deveu-se exclusivamente à evolução do EBITDA que apresenta um acréscimo de cerca de 58 milhões de euros, evolução essa explicitada com maior detalhe na secção 3.1.3. Note-se que, apesar da referida evolução, a empresa apresentou um Resultado Líquido negativo em cerca de 20 milhões de euros. A melhoria significativa do Resultado Líquido da Parpública face ao período homólogo, deveu-se também em grande parte à melhoria do EBITDA, em cerca de 44 milhões de euros, explicitada com maior detalhe na secção 3.1.3. No que se refere ao Resultado Financeiro assistiu-se também a uma melhoria de cerca de 4 milhões de euros, face ao mesmo período.

Em sentido contrário, note-se que de entre as dez empresas com o maior decréscimo do Resultado Líquido contam-se oito empresas do setor da *Saúde*. Entre estas destaca-se o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E. (CHU Coimbra) com um decréscimo de aproximadamente 8 milhões de euros face ao período homólogo. Este decréscimo deveu-se também ao decréscimo do EBITDA, explicitado com maior detalhe na secção 3.1.3.

O Resultado Líquido por empresa pode ser consultado na Tabela 22 do Anexo B.

3.1.2. Dívida Remunerada

O endividamento⁹ das empresas públicas no final do primeiro trimestre de 2017 permaneceu essencialmente inalterado, com uma variação próxima de 0% face ao registado no final do exercício de 2016. Ascendeu assim a cerca de 30,3 mil milhões de euros, valor superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 4,6 mil milhões de euros, ou seja, 18%.

A tabela seguinte apresenta o nível de endividamento das empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

Tabela 3 – Endividamento por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução (2017E) [1]	Previsão (2017P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	1.073.489	1.143.489	-70.000	-6%	1.073.489	0	0%	
Agricultura e Pescas	0	0	0		0	0		
Atividades Administrativas	59.491	63.155	-3.663	-6%	58.940	551	1%	
Construção	684.916	676.900	8.016	1%	691.488	-6.572	-1%	
Cultura	0	0	0		0	0		
Empresas Financeiras	3.720.877	3.694.534	26.343	1%	3.700.772	20.105	1%	
Empresas Imobiliárias	248.537	296.806	-48.269	-16%	246.285	2.252	1%	
Gestoras de Património	5.521.483	5.512.352	9.131	0%	5.515.619	5.864	0%	
Indústrias Transformadoras	0	0	0		0	0		
Informação e Comunicação	120.482	112.379	8.103	7%	112.693	7.789	7%	
Saúde	0	60	-60	-100%	0	0		
Transportes e Armazenagem	18.885.831	14.218.398	4.667.433	33%	18.884.570	1.262	0%	
Total	30.315.107	25.718.073	4.597.034	18%	30.283.855	31.252	0%	

Fonte: SiRIEF

O maior desvio de previsão face aos orçamentos das empresas verificara-se no setor dos *Transportes e Armazenagem*, cujo endividamento foi superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 4,7 mil milhões de euros, fortemente impactado pelo desvio de previsão registado pela IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP), de cerca de 3,9 mil milhões de euros¹⁰. Já o setor da *Administração Pública* apresenta um nível de endividamento inferior ao previsto nos respetivos orçamentos em 70 milhões de euros.

No que respeita à evolução face ao final de 2016, o maior acréscimo foi apresentado pelo setor das *Empresas Financeiras*, com um aumento de aproximadamente 20 milhões de euros. O setor da *Construção* foi o único a registar uma diminuição do seu nível de endividamento, de cerca de 7 milhões de euros.

⁹ Entende-se por Endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

¹⁰ Este desvio decorre essencialmente do adiamento da conversão de créditos em capital, operação inicialmente prevista para o primeiro trimestre de 2017.

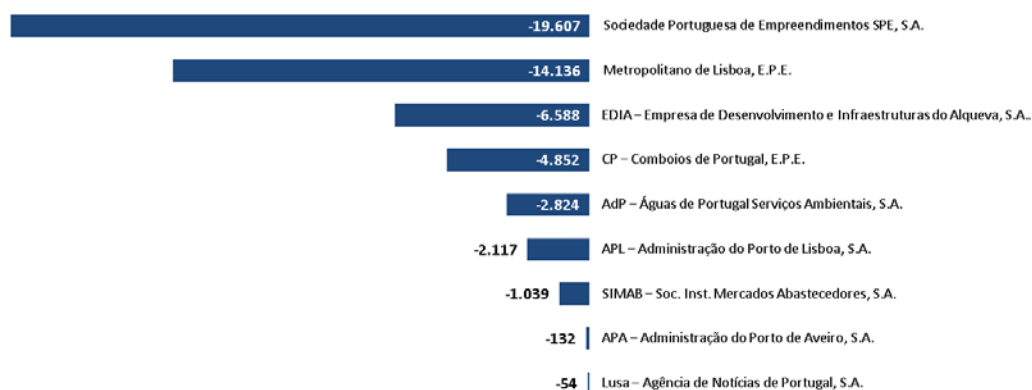
A figura que se segue ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do endividamento até ao final do primeiro trimestre de 2017, face ao final do ano de 2016.

Figura 2 – Desempenho das empresas públicas: endividamento

Unidade: Milhares de euros

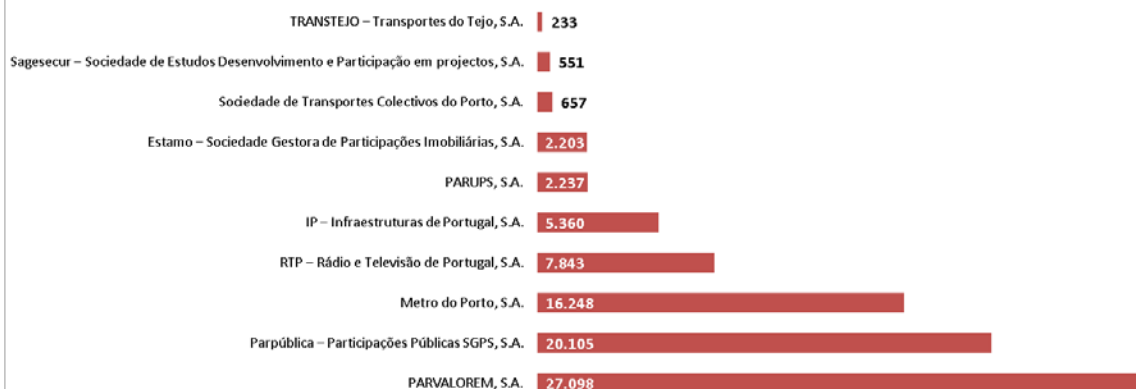
RANKING DAS 9 EMPRESAS

com maior decréscimo do Endividamento. Apenas 9 empresas diminuem o seu nível de endividamento.



RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do Endividamento



Fonte: SIREF

O maior decréscimo de endividamento no primeiro trimestre de 2017, de cerca de 20 milhões de euros, foi registado pela Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SPE, E.P.E. (SPE). Note-se que o pagamento do total dos financiamentos obtidos por parte da empresa surge após deliberação da Assembleia Geral no sentido de dissolver a sociedade. O segundo maior decréscimo de endividamento foi registado pela Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Metro de Lisboa) em aproximadamente 14 milhões de euros, que se explica essencialmente pela amortização de financiamentos concedidos pelo BEI.

O maior aumento de endividamento nos primeiros três meses de 2017, próximo de 27 milhões de euros, foi registado pela PARVALOREM, S.A. (PARVALOREM). Segue-se a Parpública com um acréscimo da sua dívida remunerada de 20 milhões de euros, resultante de três fatores: i) da especialização dos juros efetivos do período no valor de 25 milhões de euros; ii) da redução do valor da opção embutida no empréstimo de obrigações permutáveis

GALP em 18 milhões de euros; e iii) do acréscimo dos juros do empréstimo obrigacionista em cerca de 13 milhões de euros.

O endividamento por empresa pode ser consultado na Tabela 23 do Anexo B.

3.1.3. EBITDA

O EBITDA das empresas públicas ascendeu a cerca de 99 milhões de euros no final de março de 2017, um acréscimo na ordem dos 80 milhões de euros (413%) face ao período homólogo, inferior ao expresso nos orçamentos das empresas em aproximadamente 56 milhões de euros (36%). O EBITDA das empresas públicas foi o apresentado na tabela seguinte, por setor de atividade.

Tabela 4 – EBITDA por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução (2017E) [1]	Previsão (2017P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	28.367	36.902	-8.535	-23%	24.215	4.152	17%	
Agricultura e Pescas	1.759	1.231	528	43%	769	990	129%	
Atividades Administrativas	2.049	1.930	119	6%	2.028	21	1%	
Construção	3.297	3.274	23	1%	3.903	-606	-16%	
Cultura	783	2.883	-2.100	-73%	1.154	-371	-32%	
Empresas Financeiras	31.601	3.182	28.419	893%	-12.777	44.378	347%	
Empresas Imobiliárias	9.461	9.271	190	2%	10.292	-830	-8%	
Gestoras de Património	-5.318	-18.734	13.416	72%	-8.066	2.748	34%	
Indústrias Transformadoras	5.237	3.355	1.882	56%	5.627	-391	-7%	
Informação e Comunicação	2.753	4.294	-1.541	-36%	3.995	-1.242	-31%	
Saúde	-189.515	-69.722	-119.793	-172%	-146.730	-42.784	-29%	
Transportes e Armazenagem	208.624	177.258	31.366	18%	134.921	73.703	55%	
Total	99.099	155.125	-56.026	-36%	19.330	79.769	413%	

Fonte: SiRIEF

À semelhança do referido na secção 3.1.1, sobre o Resultado Líquido, o maior acréscimo do EBITDA foi também registado pelo setor dos *Transportes e Armazenagem*, em torno de 74 milhões de euros. Adicionalmente, o referido setor apresentou também o maior desvio positivo face aos orçamentos das empresas. O setor das *Empresas Financeiras* apresentou o segundo acréscimo mais significativo do EBITDA, de cerca de 44 milhões de euros, devido em grande parte à evolução do EBITDA da Parpública.

O maior desvio negativo face ao proposto nos orçamentos das empresas foi o apresentado pelo setor da *Saúde*, na ordem dos 120 milhões de euros. Este setor apresentou também o maior decréscimo do EBITDA face ao período homólogo, na ordem dos 43 milhões de euros. Além deste setor, apenas o setor da *Informação e Comunicação* apresentou um decréscimo do EBITDA face ao período homólogo superior a 1 milhão de euros, de aproximadamente 1,2 milhões de euros.

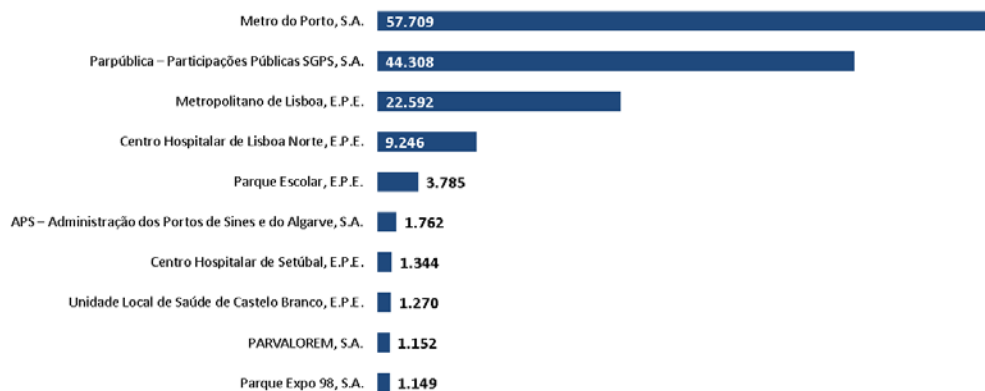
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do EBITDA no primeiro trimestre de 2017, face ao período homólogo.

Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA

Unidade: Milhares de euros

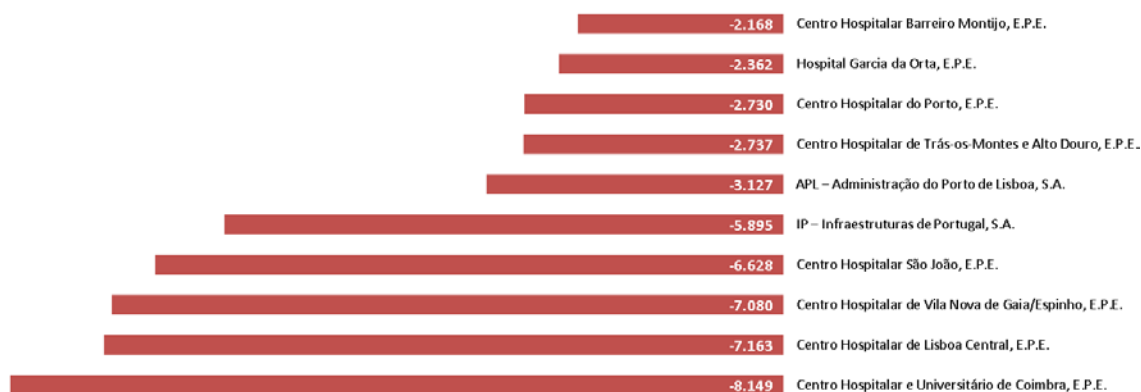
RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do EBITDA



RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo do EBITDA



Fonte: SiRIEF

A Metro do Porto registou no primeiro trimestre de 2017 o maior acréscimo do EBITDA face ao mesmo período de 2016, de aproximadamente 58 milhões de euros. Tal deveu-se essencialmente a variações positivas no justo valor dos instrumentos financeiros de derivados em cerca de 19 milhões de euros. Note-se que no mesmo período de 2016 a Metro do Porto registou variações negativas no justo valor dos instrumentos financeiros de derivados de cerca de 25 milhões de euros. Assim, este efeito contribuiu com um aumento do EBITDA em aproximadamente 44 milhões de euros. Acresce a inexistência de registo de provisões durante o trimestre, ao contrário do ocorrido no período homólogo, em que foram registadas provisões que totalizavam cerca de 13 milhões de euros.

A Parpública registou o segundo maior acréscimo do EBITDA nos primeiros três meses de 2017 face ao período homólogo, em cerca de 44 milhões de euros. Este aumento deveu-se essencialmente à variação líquida do justo valor em cerca de 28 milhões de euros. Esta

decorreu de três fatores: i) a redução do valor da opção embutida no empréstimo de obrigações permutáveis GALP em 18 milhões de euros; ii) a variação favorável do MtM dos *swaps* em cerca de 8,3 milhões de euros; e iii) o aumento do justo valor das ações da GALP subjacentes ao empréstimo por obrigações permutáveis em cerca de 1,8 milhões de euros. Note-se que no período homólogo a empresa registou uma variação negativa de justo valor de aproximadamente 17 milhões de euros, pelo que este efeito contribuiu com um aumento do EBITDA em aproximadamente 45 milhões de euros.

A Metro de Lisboa apresenta o terceiro maior acréscimo do indicador em causa nos primeiros três meses do exercício de 2017, de cerca de 23 milhões de euros. Este aumento resultou essencialmente de dois fatores: i) à evolução da rubrica de aumentos/reduções de justo valor, que apesar de ligeiramente negativa no primeiro trimestre de 2017, melhorou cerca de 10 milhões de euros face a 2016; e ii) da variação positiva do Volume de Negócios de aproximadamente 3 milhões de euros, explicitada com maior detalhe na secção 3.1.4.

Em sentido contrário, e tal como referido aquando da análise das maiores variações do Resultado Líquido, note-se que de entre as dez empresas com o maior decréscimo do EBITDA contam-se oito empresas do setor da *Saúde*. Entre estas destaca-se novamente o CHU Coimbra com um decréscimo de aproximadamente 8 milhões de euros face ao período homólogo. Este decréscimo deveu-se essencialmente ao acréscimo dos seus Gastos Operacionais, explicitado com maior detalhe na secção 3.1.5.

O EBITDA por empresa pode ser consultado na Tabela 24 do Anexo B.

3.1.4. Volume de Negócios

Até ao final de março de 2017 o Volume de Negócios das empresas públicas foi de 1,7 mil milhões de euros, valor inferior ao registado no período homólogo em aproximadamente 18 milhões de euros (1%), montante cerca de 138 milhões de euros abaixo do previsto nos orçamentos das empresas (8%). O Volume de Negócios para cada setor de atividade pode ser consultado na tabela que se segue.

**Tabela 5 – Volume de Negócios por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

Setor	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução (2017E) [1]	Previsão (2017P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	26.903	28.192	-1.289	-5%	24.624	2.279	9%	
Agricultura e Pescas	6.673	6.467	206	3%	5.867	806	14%	
Atividades Administrativas	1.908	1.908	0	0%	1.927	-19	-1%	
Construção	3.126	5.716	-2.590	-45%	3.661	-536	-15%	
Cultura	4.647	8.092	-3.445	-43%	5.317	-671	-13%	
Empresas Financeiras	1.975	1.991	-16	-1%	2.145	-170	-8%	
Empresas Imobiliárias	10.451	21.277	-10.827	-51%	50.650	-40.200	-79%	
Gestoras de Património	14.300	36.156	-21.856	-60%	15.168	-868	-6%	
Indústrias Transformadoras	18.446	18.944	-498	-3%	21.371	-2.925	-14%	
Informação e Comunicação	55.954	56.906	-952	-2%	53.018	2.936	6%	
Saúde	1.093.198	1.146.887	-53.689	-5%	1.061.474	31.724	3%	
Transportes e Armazenagem	430.706	473.976	-43.270	-9%	440.890	-10.184	-2%	
Total	1.668.287	1.806.514	-138.227	-8%	1.686.114	-17.827	-1%	

Fonte: SiRIEF

O Volume de Negócios do setor da *Saúde* foi inferior ao previsto nos orçamentos das empresas em 54 milhões de euros. No entanto, o mesmo setor apresentou o maior acréscimo do indicador face ao período homólogo, num total de 32 milhões de euros. Em sentido contrário, o setor das *Empresas Imobiliárias* apresentou o maior decréscimo do Volume de Negócios, na ordem dos 40 milhões de euros.

A Figura 4 ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita do Volume de Negócios no primeiro trimestre de 2017, face ao período homólogo.

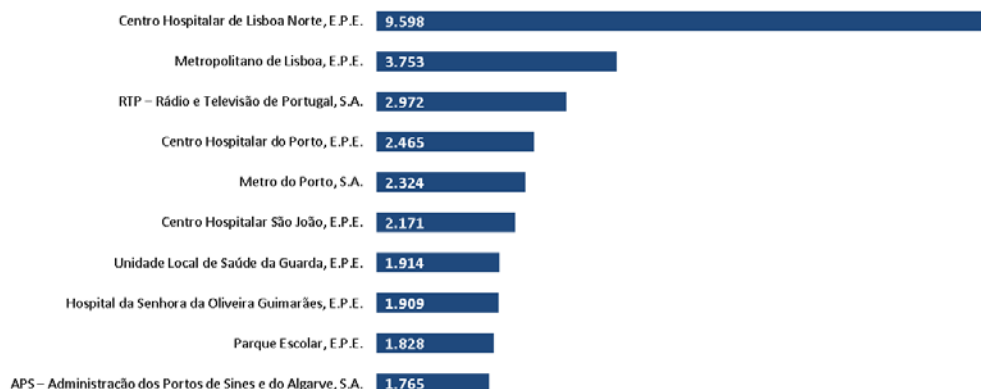
Os aumentos mais significativos do Volume de Negócios foram registados pelo Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E. (CH Lisboa Norte) e pela Metro de Lisboa. No caso da Metro de Lisboa o acréscimo de cerca de 4 milhões de euros do Volume de Negócios deve-se essencialmente ao aumento de cerca de 5,8% do número de passageiros com título pago. Em sentido contrário, os decréscimos de Volume de Negócios mais significativos foram registados pela ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliária, S.A. (ESTAMO) e pela IP, em cerca de 40 e 19 milhões de euros, respetivamente. No caso da ESTAMO o decréscimo deveu-se ao facto de a empresa não ter adquirido ou vendido qualquer imóvel no primeiro trimestre de 2017. No que respeita à IP, a evolução deveu-se maioritariamente à diminuição dos rendimentos provenientes da Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR) em cerca de 14 milhões de euros (9%). Segundo a empresa, esta diminuição resulta essencialmente da diminuição do consumo de gasolina em cerca de 6,9%.

Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios

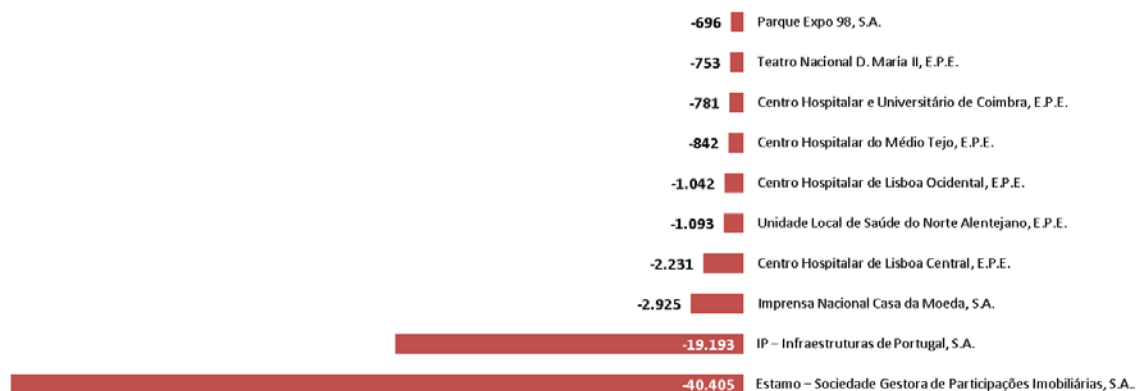
Unidade: Milhares de euros

RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do Volume de Negócios

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior decréscimo do Volume de Negócios



Fonte: SiRIEF

3.1.5. Gastos Operacionais

No primeiro trimestre de 2017 os Gastos Operacionais¹¹ das empresas públicas totalizaram 1,7 mil milhões de euros, 30 milhões de euros acima do registado no período homólogo e cerca de 17 milhões de euros abaixo da previsão registada nos orçamentos das empresas. A tabela seguinte apresenta os Gastos Operacionais para cada setor de atividade.

¹¹ Entende-se por Gastos Operacionais a soma dos CMVMC, dos FSE e dos Gastos com Pessoal.

**Tabela 6 – Gastos Operacionais por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

Setor	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução (2017E) [1]	Previsão (2017P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	10.958	12.974	-2.016	-16%	9.633	1.325	14%	
Agricultura e Pescas	6.657	7.036	-379	-5%	6.618	39	1%	
Atividades Administrativas	7	7	1	12%	0	7	1.932%	
Construção	3.303	6.624	-3.322	-50%	9.368	-6.066	-65%	
Cultura	5.754	6.729	-975	-14%	5.129	626	12%	
Empresas Financeiras	1.949	2.740	-792	-29%	2.211	-262	-12%	
Empresas Imobiliárias	2.687	13.414	-10.727	-80%	40.283	-37.596	-93%	
Gestoras de Património	20.989	25.487	-4.498	-18%	23.327	-2.337	-10%	
Indústrias Transformadoras	12.649	13.422	-773	-6%	14.381	-1.732	-12%	
Informação e Comunicação	52.668	51.992	677	1%	48.591	4.077	8%	
Saúde	1.317.731	1.249.387	68.344	5%	1.244.127	73.604	6%	
Transportes e Armazenagem	301.102	363.152	-62.050	-17%	302.364	-1.262	-0%	
Total	1.736.456	1.752.965	-16.509	-1%	1.706.033	30.423	2%	

Fonte: SiRIEF

O setor da *Saúde* registou o maior crescimento de gastos operacionais, de aproximadamente 74 milhões de euros, face ao registado no período homólogo, situando-se também cerca de 68 milhões de euros acima do previsto nos orçamentos das empresas. Note-se que o setor da *Saúde* apresentou também o maior aumento do Volume de Negócios, sendo esse ainda assim inferior ao aumento dos gastos.

Em sentido contrário, o setor das *Empresas Imobiliárias* diminuiu os seus gastos operacionais em cerca de 38 milhões de euros. Relembre-se que este setor apresentou também o maior decréscimo do Volume de Negócios, sendo esse ainda assim superior à diminuição dos gastos operacionais.

Por fim, saliente-se o setor dos *Transportes e Armazenagem* cujos gastos foram inferiores ao previsto em cerca de 62 milhões de euros.

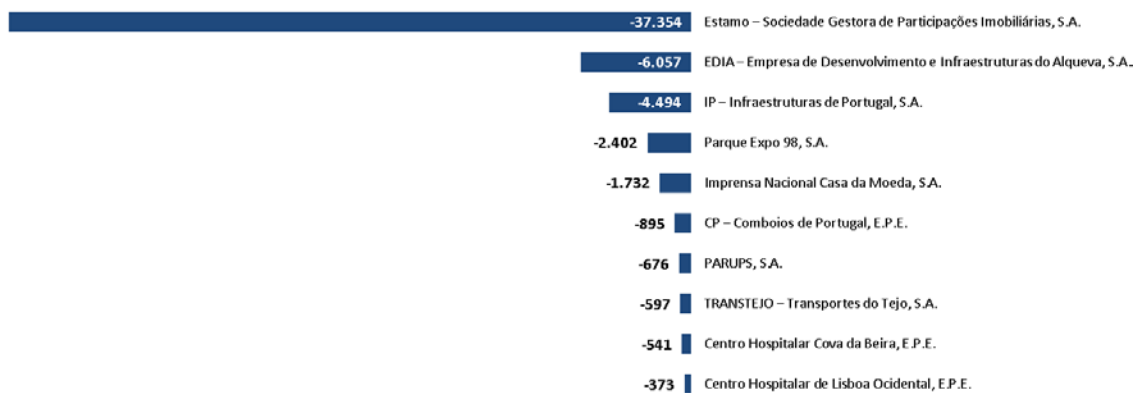
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita dos Gastos Operacionais no primeiro trimestre de 2017, face ao período homólogo.

Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais

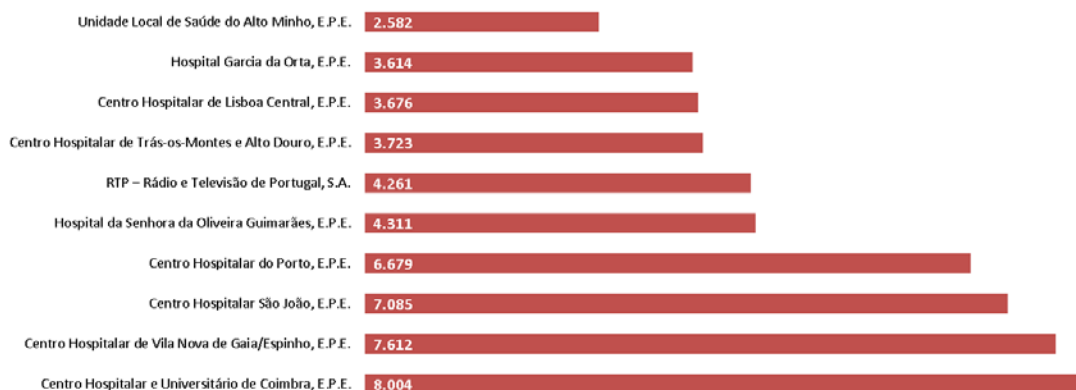
Unidade: Milhares de euros

RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo de Gastos Operacionais

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior acréscimo de Gastos Operacionais



Fonte: SiRIEF

O decréscimo de Gastos Operacionais registado pela ESTAMO, em cerca de 37 milhões de euros, foi o mais significativo no período. Este decréscimo foi justificado pela diminuição dos CMVMC uma vez que, como referido na secção anterior, a empresa não adquiriu nem vendeu qualquer imóvel no primeiro trimestre de 2017. É também de assinalar a diminuição dos Gastos Operacionais da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA) em cerca de 6 milhões de euros, por via dos FSE.

Em sentido contrário, note-se que entre as dez empresas com maior acréscimo dos Gastos Operacionais, nove pertencem ao setor da *Saúde*. Entre estas destaca-se novamente o CHU Coimbra com um acréscimo de aproximadamente 8 milhões de euros face ao período homólogo. Este acréscimo decorre essencialmente do aumento dos CMVMC e dos gastos com pessoal, em cerca de 4 e 3 milhões de euros, respetivamente.

O detalhe das rubricas que compõem os Gastos Operacionais por setor de atividade pode ser consultado nas Tabela 25, Tabela 26 e Tabela 27 do Anexo B.

Adicionalmente, e considerando que as diversas empresas operam em escalas diferentes, procedeu-se à análise do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios.

Tabela 7 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade

Setor	Rácio dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios		
	T1 2017	T1 2016	Variação
Administração Pública	0,407	0,391	0,016
Agricultura e Pescas	0,998	1,128	-0,130
Atividades Administrativas	0,004	0,000	0,004
Construção	1,057	2,559	-1,502
Cultura	1,238	0,965	0,274
Empresas Financeiras	0,987	1,031	-0,044
Empresas Imobiliárias	0,257	0,795	-0,538
Gestoras de Património	1,468	1,538	-0,070
Indústrias Transformadoras	0,686	0,673	0,013
Informação e Comunicação	0,941	0,916	0,025
Saúde	1,205	1,172	0,033
Transportes e Armazenagem	0,699	0,686	0,013
Total	1,041	1,012	0,029

O peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios no primeiro trimestre de 2017 foi superior em cerca de 3 pontos percentuais (p.p.) face ao registado no mesmo período em 2016. Quatro dos setores em análise apresentaram Gastos Operacionais superiores ao respetivo Volume de Negócios, menos um setor que no período homólogo.

Destaca-se o setor das *Gestoras de Património*, setor onde detêm um peso considerável as sociedades PARUPS, S.A. (PARUPS) e PARVALOREM (constituídas com o objetivo de recuperar a carteira de créditos e o património adquiridos no âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A.), é importante referir a imprevisibilidade das condições de alienação dos seus ativos e a dificuldade em encontrar potenciais compradores cujas propostas permitam compensar a totalidade dos encargos suportados com estes ativos¹².

No caso do setor da *Cultura*, o elevado peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios, que aumentou face ao período homólogo, justifica-se pelo facto de a estrutura de gastos das empresas deste setor ser tipicamente financiada através de fundos que incluem não só as vendas e serviços prestados, contabilizados como Volume de Negócios, como os subsídios atribuídos pelo Estado.

Saliente-se o setor da *Construção*, cujo rácio calculado no primeiro trimestre de 2017 revela uma diminuição significativa face ao período homólogo, quando os gastos operacionais eram mais de duas vezes e meia o Volume de Negócios.

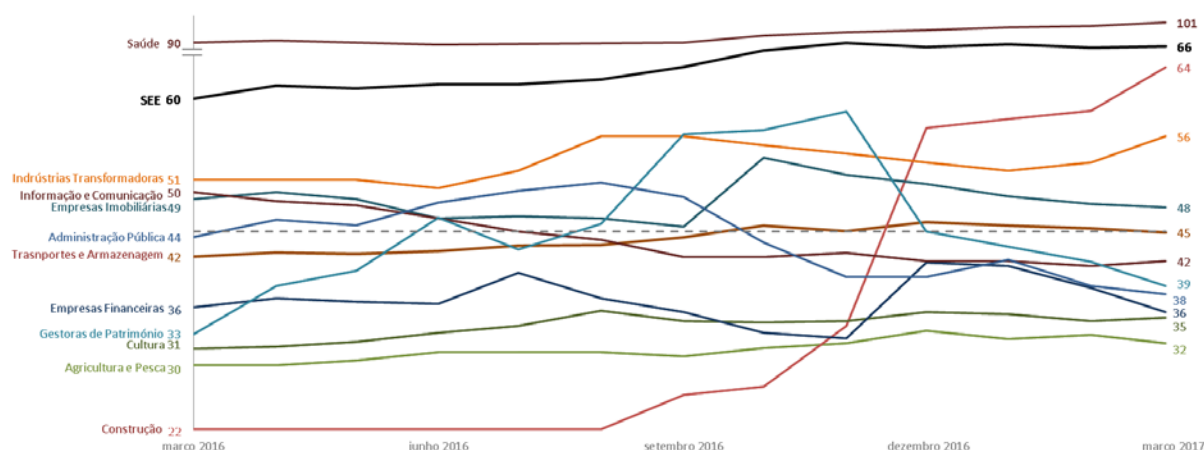
¹² Que incluem despesas judiciais, custos de manutenção e reparação, custos processuais e comissões de intermediação imobiliária, entre outros

3.1.6. Prazo Médio de Pagamentos

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, fixou o objetivo de redução dos prazos de pagamento de forma a “assegurar um comportamento exemplar das entidades públicas na regularização dos compromissos de natureza comercial”. Assim, a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e a regularização de pagamentos em atraso são objetivos estabelecidos para as empresas públicas.

A figura seguinte ilustra a evolução do PMP mensal no período compreendido entre março de 2016 e março de 2017, por setor de atividade¹³.

Figura 6 – Evolução do PMP por setor de atividade (março 2016 – março 2017)



Em termos globais, as empresas públicas registaram um PMP com trajetória ascendente entre março de 2016 e março de 2017, tendo este ficado situado numa média de 66 dias no final do período considerado. Este valor resultou principalmente do setor da *Saúde*, visto que todos os outros setores se mantiveram abaixo da referida média.

O setor da *Agricultura e Pescas* foi o que apresentou, no final do primeiro trimestre de 2017, a média de PMP mais baixa, de aproximadamente 32 dias. Também o setor da *Cultura* registou, no final do período, PMP reduzido (com média de 35 dias) e relativamente estável ao longo do período em análise. Até outubro de 2016 o setor da *Construção* foi o que apresentou o PMP mais baixo, mês a partir do qual, o PMP deste setor inverteu a sua tendência, passando o setor da *Agricultura e Pescas* a apresentar o PMP mais baixo para o período subsequente.

Em termos de evolução, saliente-se o setor da *Construção*, representado pela EDIA, com um aumento significativo do PMP a partir de outubro de 2016, de 27 dias para 64 dias em março de 2017.

¹³ O PMP para um setor de atividade corresponde à média dos PMP das empresas que compõem o setor em causa.

A Tabela 8 apresenta mais detalhadamente a evolução dos PMP durante os primeiros três meses de 2017.

Tabela 8 – PMP por setor de atividade (dezembro 2016 e março 2017)

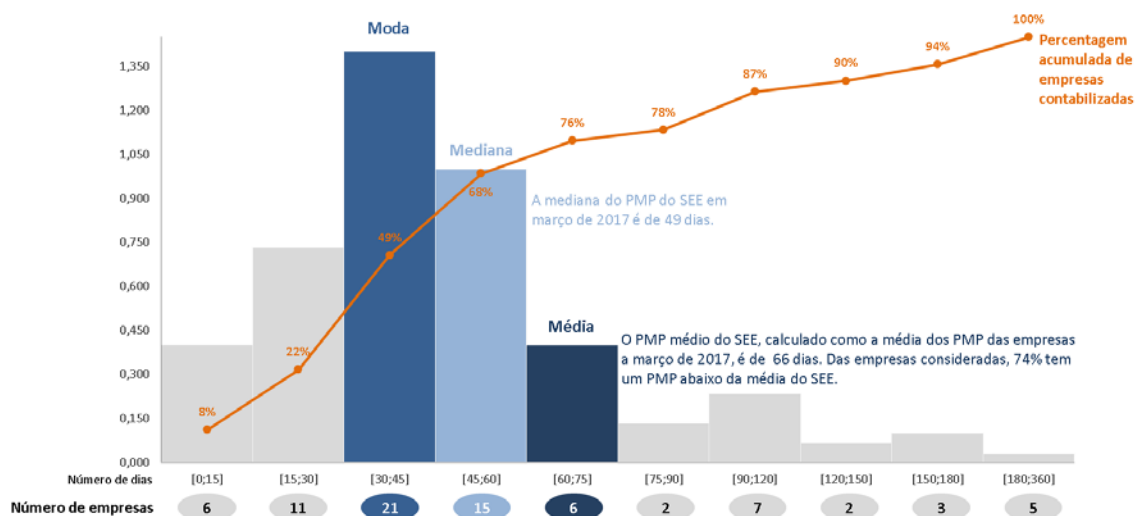
Unidade: dias

Setor	março 2017	dezembro 2016	Varição
Administração Pública	38	40	-2
Agricultura e Pescas	32	34	-2
Construção	64	57	7
Cultura	35	36	-1
Empresas Financeiras	36	41	-6
Empresas Imobiliárias	48	51	-3
Gestoras de Património	39	45	-6
Indústrias Transformadoras	56	53	3
Informação e Comunicação	42	42	0
Saúde	101	97	4
Transportes e Armazenagem	45	46	-1
SEE	66	66	0

Em termos globais, oito dos onze setores de atividade apresentados diminuíram ou mantiveram o seu PMP face a dezembro de 2016. Os maiores decréscimos verificaram-se nos setores das *Gestoras de Património* e das *Empresas Financeiras* (ambos de 6 dias). Por outro lado, o setor da *Construção* aumentou o seu PMP em 7 dias. Note-se ainda que o setor da *Saúde* registou o PMP mais elevado de março de 2017, com uma média de 101 dias. Em termos globais, o PMP das empresas públicas permaneceu em cerca de 66 dias.

A figura seguinte caracteriza a distribuição do PMP em março de 2017. Sublinhe-se que foram consideradas nesta análise todas as empresas que inseriram em SiRIEF os PMP relativos ao mês de março de 2017, num total de 78 empresas.

Figura 7 – Distribuição do PMP em março de 2017



Fonte: SiRIEF

Das 78 empresas públicas agora consideradas, 16 tinham um PMP inferior a um mês. A distribuição apresenta um enviesamento positivo, uma vez que cerca de 74% das empresas apresentaram um PMP inferior à média de 66 dias registada no mês de março.

3.2. ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Nesta secção procedeu-se à análise do desempenho financeiro das empresas públicas nos primeiros três meses de 2017, através de indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento. Recorreu-se, sempre que possível, à utilização de rácios financeiros, por forma a promover uma maior comparabilidade entre setores. Recorde-se que, para efeitos de comparação face ao ano anterior, considerou-se como período de referência o período homólogo para análise de indicadores da Demonstração de Resultados (fluxos) e o final do exercício de 2016 para a análise de indicadores do Balanço (stocks).

3.2.1. Liquidez

A tabela seguinte apresenta indicadores que permitem avaliar os resultados gerados pelas empresas públicas no período em análise e a sua capacidade para satisfazer as suas obrigações de curto prazo. São apresentados os seguintes indicadores de liquidez: *Cash Flow*¹⁴, Fundo de Maneio¹⁵ e Liquidez Geral¹⁶.

Tabela 9 – Indicadores de Liquidez por setor de atividade

Setor	Cash Flow (Milhares de euros)		Fundo de Maneio (Milhares de euros)		Liquidez Geral (rácio)	
	T1 2017	T1 2016	T1 2017	T4 2016	T1 2017	T4 2016
Administração Pública	22.861	22.733	-47.747	-56.699	0,783	0,721
Agricultura e Pescas	1.670	735	19.727	18.782	2,347	2,330
Atividades Administrativas	1.498	1.407	40.110	12.341	13,249	5,489
Construção	1.639	2.567	162.586	165.845	3,161	3,092
Cultura	765	1.128	8.112	8.856	1,912	1,919
Empresas Financeiras	-6.878	-55.017	-922.650	-936.908	0,430	0,426
Empresas Imobiliárias	5.795	5.799	973.607	962.622	26,758	28,176
Gestoras de Património	-30.252	-49.395	-684.398	-560.581	0,645	0,691
Indústrias Transformadoras	3.995	4.247	71.666	68.595	5,896	6,466
Informação e Comunicação	2.149	3.113	-127.762	-132.344	0,440	0,410
Saúde	-189.498	-146.366	-1.196.055	-1.030.215	0,822	0,757
Transportes e Armazenagem	76.219	7.280	-213.337	-400.484	0,975	0,953
Total	-110.038	-201.769	-1.916.141	-1.880.188	0,902	0,887

Fonte: SiRIEF

O *Cash Flow* é uma medida aproximada do montante de autofinanciamento gerado no exercício. Até ao final do primeiro trimestre de 2017, o *Cash Flow* realizado pelas empresas

¹⁴ *Cash Flow* = Resultado Líquido + Depreciações e Amortizações + Provisões e Imparidades.

¹⁵ Fundo de Maneio = Ativo Corrente – Passivo Corrente.

¹⁶ Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente.



públicas foi negativo em cerca de 110 milhões de euros, apresentando um acréscimo de cerca de 92 milhões de euros face ao período homólogo. Este resultado reflete essencialmente o ganho de 69 milhões de euros registada no setor dos *Transportes e Armazenagem* e a diminuição da perda registada no setor das *Empresas Financeiras*, compensada em parte pelo aumento da perda registada no setor da *Saúde*.

Em termos globais, o Fundo de Maneio foi negativo em aproximadamente 1,9 mil milhões de euros para o total das empresas públicas, pelo que o Passivo Corrente superou o Ativo Corrente neste montante. Face ao último trimestre de 2016 verificou-se uma diminuição de liquidez de aproximadamente 36 milhões de euros. Destacaram-se seis setores com fundo de maneio negativo, sendo que os setores da *Saúde*, das *Empresas Financeiras* e das *Gestoras de Património* totalizaram um fundo de maneio negativo em cerca de 2,8 mil milhões de euros.

Para facilitar a comparação entre setores, procedeu-se ao cálculo do rácio de Liquidez Geral. Do valor observado para o rácio no final de março de 2017, decorre que o Ativo Corrente era 0,9 vezes o Passivo Corrente, ou seja, 10% inferior. Salientam-se as *Empresas Imobiliárias* como o setor com maior capacidade de reembolsar o seu Passivo Corrente, utilizando o seu Ativo Corrente. Em comparação com o final de 2016, quatro dos doze setores apresentou, no período até março de 2017, um decréscimo da sua Liquidez Geral, sendo o maior decréscimo observado no setor das *Empresas Imobiliárias*.

3.2.2. Rentabilidade

A tabela seguinte apresenta rácios relevantes que permitem avaliar a rentabilidade das vendas e dos serviços prestados pelas empresas públicas e o retorno gerado para o acionista. São apresentados os seguintes indicadores: Margem Bruta¹⁷, Rentabilidade das Vendas¹⁸ e Rentabilidade do Capital Próprio¹⁹.

¹⁷ Margem Bruta = (Vendas e Serviços Prestados – CMVMC) / Vendas e Serviços Prestados.

¹⁸ Rentabilidade das Vendas = EBITDA / Vendas e Serviços Prestados.

¹⁹ Rentabilidade do Capital Próprio = Resultado Líquido / Capital Próprio.

Tabela 10 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade

(unidades definidas no texto)

Setor	Margem Bruta		Rentabilidade das Vendas		Rentabilidade do Capital Próprio	
	T1 2017	T1 2016	T1 2017	T1 2016	T1 2017	T1 2016
Administração Pública			1,054	0,983	0,008	0,001
Agricultura e Pescas	0,887	0,892	0,264	0,131	0,011	-0,006
Atividades Administrativas			1,074	1,052	0,009	0,006
Construção	0,943	0,787	1,055	1,066		
Cultura	0,946	0,962	0,169	0,217	0,012	0,020
Empresas Financeiras			0,344	0,296	-0,002	-0,014
Empresas Imobiliárias	0,995	0,995	0,907	0,204	0,005	0,005
Gestoras de Património	0,107	0,082	-0,389	-0,543	0,008	0,002
Indústrias Transformadoras	0,746	0,712	0,284	0,263	0,031	0,035
Informação e Comunicação	0,616	0,637	0,049	0,075	0,049	0,033
Saúde	0,596	0,609	-0,173	-0,138	-0,102	-0,064
Transportes e Armazenagem	0,861	0,875	0,484	0,306	0,001	-0,002
Total	0,667	0,683	0,041	0,019	-0,004	-0,008

Fonte: SIREF

Até ao final do primeiro trimestre de 2017, a nível global, a margem bruta foi de cerca de 67% do valor das vendas, inferior em cerca de 1,6 p.p. ao verificado no período homólogo. Saliente-se que foram excluídas da análise deste indicador todas as empresas públicas que, pela natureza da sua atividade, não apresentaram volume de negócios²⁰ ou cujo CMVMC foi igual a zero.

Em termos setoriais refira-se ainda o acréscimo registado na Margem Bruta do setor da *Construção*, em cerca de 16 p.p., durante os primeiros três meses de 2017, face ao período homólogo.

A Rentabilidade das Vendas aumentou face ao período homólogo, de 1,9% para 4,1%. Os únicos setores a registar uma Rentabilidade das Vendas negativa foram o das *Gestoras de Património* e da *Saúde*. O setor das *Gestoras de Património* apresentou uma Rentabilidade das Vendas negativa de 39%. Ainda assim, este valor refletiu uma melhoria ligeira do EBITDA (negativo) entre 2016 e 2017, bem como um decréscimo do Volume de Negócios.

Em termos globais, a Rentabilidade do Capital Próprio melhorou cerca de 0,4 p.p. face ao período homólogo, permanecendo negativa em cerca de 0,4% em março de 2017. Sublinhe-se que foram excluídas da análise da rentabilidade do capital próprio as empresas com capitais próprios negativos. O setor da *Informação e Comunicação* mantém-se como o setor que proporciona a maior rentabilidade, na ordem dos 4,9%.

²⁰ Define-se Volume de Negócios como a soma das vendas com os serviços prestados.

3.2.3. Endividamento

A tabela seguinte apresenta rácios que permitem avaliar o nível de endividamento das empresas públicas, a natureza desse endividamento e o respetivo custo incorrido. São apresentados os seguintes indicadores: Rácio de Endividamento²¹, Rácio de Endividamento Corrente²² e Custo do Passivo Remunerado²³.

Tabela 11 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade

(unidades definidas no texto)

Setor	Rácio de Endividamento		Rácio de Endividamento Corrente		Custo do Passivo Remunerado	
	T1 2017	T4 2016	T1 2017	T4 2016	T1 2017	T1 2016
Administração Pública	0,621	0,619	0,094	0,088	0,005	0,006
Agricultura e Pescas	0,299	0,297	0,177	0,173		
Atividades Administrativas	0,680	0,680	0,036	0,030	0,009	0,011
Construção	1,669	1,682	0,125	0,129	0,002	0,002
Cultura	0,163	0,176	0,157	0,170		
Empresas Financeiras	0,530	0,529	0,195	0,197	0,010	0,011
Empresas Imobiliárias	0,221	0,220	0,026	0,025	0,009	0,015
Gestoras de Património	2,165	2,134	0,596	0,562	0,006	0,008
Indústrias Transformadoras	0,280	0,275	0,106	0,094		
Informação e Comunicação	1,039	1,060	0,625	0,629	0,005	0,006
Saúde	0,939	0,872	0,927	0,855		
Transportes e Armazenagem	0,981	0,993	0,225	0,223	0,008	0,009
Total	0,950	0,951	0,313	0,282	0,008	0,009

Fonte: SiRIEF

O Rácio de Endividamento manteve-se constante em torno de 95%, em termos globais, de janeiro a março de 2017, mantendo-se o total do Ativo superior ao total do Passivo. É de salientar o setor das *Gestoras de Património*, cujo total do Passivo é mais de duas vezes o total do Ativo, traduzindo-se num Capital Próprio negativo. Adicionalmente, serão ainda de referir outros dois setores com rácio de endividamento igual ou superior a um: *Construção* e *Informação e Comunicação*. Em termos globais, e de acordo com o Rácio de Endividamento Corrente, o Passivo de curto prazo representava cerca de um terço (31%) do Ativo.

Verificou-se que o Custo do Passivo Remunerado a 31 de março de 2017, indicativo da taxa de juro a que as empresas públicas se financiam, diminuiu face ao período homólogo para cerca de 0,8%, o que corresponde a uma taxa anual efetiva de 3,2%. Note-se que todos os setores diminuíram o seu Custo do Passivo Remunerado.

²¹ Rácio de Endividamento = Passivo Total / Ativo Total.

²² Rácio de Endividamento Corrente = Passivo Corrente / Ativo Total.

²³ Custo do Passivo Remunerado = Juros Suportados / Passivo Remunerado.

4 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2017

Nesta secção verifica-se se os resultados obtidos pelas empresas nos primeiros três meses de 2017 indiciam o cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2017. Estes objetivos, apresentados na tabela seguinte, têm por base as instruções da DGTF para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o ano em apreço. Deve contudo salientar-se que tais indicações são referentes a objetivos a cumprir até ao final do exercício, pelo que só nessa altura se poderá tirar conclusões definitivas. Como tal, ajustou-se o limite anual de 3% definido nas instruções a propósito do aumento do endividamento para um aumento trimestral de aproximadamente 0,74%. Este valor foi calculado de acordo com um pressuposto de aumento do endividamento a uma taxa constante ao longo do ano²⁴.

Tabela 12 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão

Indicador		Objetivo
(1)	Endividamento ²⁵	O aumento do endividamento de janeiro a março de 2017 deve ser inferior a 0,74%.
(2)	EBITDA	As empresas com EBITDA negativo até 31 de março de 2016 devem apresentar um EBITDA nulo ou positivo.
		As empresas com EBITDA positivo até 31 de março de 2016 devem apresentar um EBITDA superior a este.
(3)	Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios	O peso dos Gastos Operacionais das empresas face ao respetivo Volume de Negócios deve ser reduzido face ao rácio apresentado a 31 de março de 2016.
(4)	Prazo Médio de Pagamentos	Para empresas com PMP superior ou igual a 45 dias em 2016: Redução do PMP superior a 25% do valor em 2016 (cumprimento excecional) ou entre 15% e 25% (cumprimento).
		Para empresas com PMP inferior a 45 dias em 2016: Redução do PMP para um valor inferior a 30 dias (cumprimento excecional) ou entre 30 e 40 dias (cumprimento).

É seguidamente apresentada a tabela com o número de empresas que cumpriram os objetivos supramencionados.

²⁴ De notar que $(1 + r)^4 = 1,03$ (sendo r a taxa equivalente considerada para três meses) pelo que $r = 0,0074$.

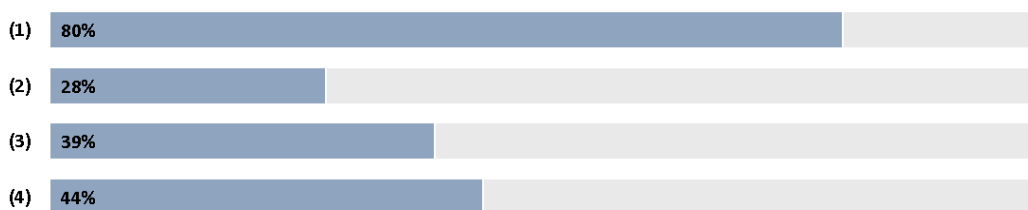
²⁵ À semelhança do referido na secção anterior entende-se por Endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

Tabela 13 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão a 31 de março de 2017

		Objetivo			
		(1)	(2)	(3)	(4)
Nº de empresas ²⁶	Excedem				19
	Cumprem	20	24	14	16
	Não Cumprem	5	62	22	45
Taxa	Cumprimento	80%	28%	39%	44%
	Incumprimento	20%	72%	61%	56%

Fonte: SiRIEF

A figura seguinte ilustra o grau de cumprimento dos objetivos anteriormente apresentados.

Figura 8 – Cumprimento dos objetivos de gestão para 2017, percentagem de empresas


Fonte: SiRIEF

Constata-se que o maior grau de incumprimento ocorreu no objetivo (2), ou seja, o objetivo referente ao crescimento do EBITDA. Por outro lado, 80% das empresas públicas cumpriram o objetivo (1), ou seja, o relativo à evolução do nível de Endividamento.

5 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Com a entrada em vigor o novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP) assumiu a competência para a gestão dos Instrumentos de Gestão de Risco Financeiro (IGRF) contratados pelas Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), tendo sido igualmente estabelecida a necessidade das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR) submeterem aqueles instrumentos a parecer da IGCP.

Considerando que as EPR estão impedidas de obter financiamento em mercado²⁷, não se prevê que sejam contratados novos instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco por estas empresas. Adicionalmente, tem-se verificado que os custos tanto de renegociação de operações estruturadas como de contratação de novas operações para a sua gestão são muito elevados, o que não tem permitido executar alterações às posições

²⁶ O número total de empresas avaliadas em cada objetivo difere, uma vez que cada empresa está sujeita a diferentes objetivos de gestão, consoante os seus resultados em 2016.

²⁷ Com exceção das EPR em regime concorrencial, de acordo com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

existentes, tendo em conta que o sector bancário não tem revelado disponibilidade para contrair novas operações.

Neste contexto, no primeiro trimestre de 2017 foi apenas cancelado um IGRF de taxa de juro simples com maturidade em 2019, entre a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. e o Haitong Bank, por um valor de 13 milhões de euros, obtendo-se um desconto de cerca de 44,8 mil euros face ao seu valor de mercado.

A 1 de fevereiro de 2017 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, que tem por objeto a transferência, para o município de Lisboa, da posição contratual detida pelo Estado no contrato de concessão de serviço público celebrado pela Carris e da totalidade das ações representativas do capital social da empresa. No entanto, através da alínea e) do artigo 6.º, o Estado assumiu as responsabilidades decorrentes de contratos de derivados financeiros assinados pela Carris até 30 de dezembro de 2016, pelo que os IGRF celebrados pela empresa permanecem no perímetro do SEE.

Desta forma, a 31 de março de 2017 permaneciam 22 IGRF²⁸ nas carteiras de 5 empresas públicas, repartidas por três sectores de atividade, com um valor contratual agregado de 2 mil milhões de euros e um valor de mercado negativo próximo de 353 milhões de euros.

A Tabela 14 caracteriza os IGFR agregados por empresa, quanto ao valor contratual e valor de mercado das operações. Note-se que este conjunto não inclui 8 IGRF com estruturas do tipo *snowball*, contratados junto do Banco Santander Totta (BST), que no fim do primeiro trimestre estavam ainda a ter a sua validade discutida nos tribunais ingleses, em processos interpostos pelo banco²⁹, e que são apresentados na Tabela 15.

²⁸ No final de 2016 permaneciam 24 IGFR na carteira do SEE. No primeiro trimestre de 2017 foi cancelado um IGRF da Carris e um IGRF da Transtejo atingiu a maturidade.

²⁹ Entretanto o Estado chegou a acordo com o BST sobre essas operações no dia 2 de maio, acabando com os processos em tribunal.

**Tabela 14** – Valor dos IGRF por setor de atividade (excluindo IGRF em processo de contencioso)

Unidade: milhares de euros, reportados a 31.03.2017

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	MtM ³⁰
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. ³¹	1	6.450	-787
Metro do Porto, S.A.	2	95.925	-19.693
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	13	539.365	-112.261
Subtotal Transportes e armazenagem	16	641.741	-132.741
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	2	70.000	-15.485
Subtotal Gestoras de Património	2	70.000	-15.485
PARPÚBLICA – Participações Públicas SGPS, S.A. ³²	4	1.316.800	-204.703
Total	22	2.028.540	-352.929

Fonte: IGCP

Tabela 15 – Valor dos IGRF em processo de contencioso

Unidade: milhares de euros, reportados a 31.03.2017

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	MtM
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	1	10.000	-12.895
Metro do Porto, S.A.	2	111.175	-476.723
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	4	162.166	-529.790
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	1	25.000	-112.138
Total	8	308.341	-1.131.547

Fonte: IGCP

No primeiro trimestre, o resultado potencial da carteira de derivados do SEE (excluindo derivados BST), ajustado pelos recebimentos/pagamentos de cupões, registou uma variação positiva próxima de 61 milhões de euros face ao último trimestre de 2016. Este resultado foi principalmente justificado pela melhoria do valor de mercado das operações do tipo *receiver swaptions* da Metro de Lisboa (20 milhões de euros), como resultado do aumento das taxas de juro do euro de médio/longo prazo ao longo do período considerado, e pela evolução positiva das obrigações convertíveis da Parpública (26,5 milhões de euros), devido à redução significativa da volatilidade das ações da Galp.

As tabelas seguintes (Tabela 16 e Tabela 17) apresentam a variação do valor de mercado dos IGRF agregados por empresa entre o final do último trimestre de 2016 e o final do primeiro trimestre de 2017.

³⁰ De acordo com a valorização das contrapartes sempre que disponível.

³¹ Derivado *embedded* num contrato de mútuo.

³² Inclui uma *embedded put* das obrigações convertíveis sobre ações da GALP.

Tabela 16 – Variação dos IGRF, por empresa (excluindo IGRF em processo de contencioso)

Unidade: milhares de euros

Empresa	MtM T1 2017 ³³	MtM T4 2016 ³¹	Cash Flow	Variação ³⁴
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	-15.485	-16.341	0	856
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	-787	-789	0	2
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	0	-13.064	-13.000	64
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-112.261	-140.412	-533	27.618
Metro do Porto, S.A.	-19.693	-20.240	-160	388
PARPÚBLICA – Participações Públicas SGPS, S.A.	-204.703	-236.835	0	32.132
TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A.	0	-697	-696	0
Total	-352.929	-428.378	-14.389	61.060

Fonte: IGCP

Tabela 17 – Variação dos IGRF em processo de contencioso

Unidade: milhares de euros

Empresa	MtM T1 2017 ³⁵	MtM T4 2016 ³³	Cash Flow ³⁶	Variação
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-12.895	-17.051	-3.985	170
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-529.790	-562.181	-22.776	9.616
Metro do Porto, S.A.	-476.723	-498.724	-16.047	5.954
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	-112.138	-113.495	0	1.356
Total	-1.131.547	-1.191.452	-42.809	17.096

Fonte: IGCP

A análise da sensibilidade destes IGRF (excluindo os derivados em processos de contencioso) à variação das taxas de juro, apresentada na Tabela 18, revela que uma variação paralela positiva de 1 p.p. nas curvas de rendimentos do euro e do dólar (curvas *swap*), em simultâneo, teria um impacto favorável de cerca de 139 milhões de euros no valor da carteira dos IGRF, enquanto uma variação negativa de 1 p.p. provocaria um agravamento de 203 milhões de euros³⁷.

³³ De acordo com a valorização das contrapartes sempre que disponível.

³⁴ A variação é obtida através da soma da variação do MtM durante o primeiro trimestre de 2017 e dos Cash Flows do mesmo período.

³⁵ De acordo com a valorização da IGCP.

³⁶ Os pagamentos dos *cash flows* associados a IGRF em contencioso estão suspensos desde setembro de 2013.

³⁷ Tal como tem vindo a ser referido nos relatórios anteriores, a persistência de valores muito baixos e até negativos na curva de rendimentos do euro justifica que não se imponha um limite inferior de 0% nas taxas de juro. No entanto, alguns dos modelos utilizados para calcular o MtM destas

**Tabela 18** – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade

Unidade: milhares de euros, reportados a 31.03.2017

Empresa	$\Delta +1$ p.p.	$\Delta -1$ p.p.
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	6.060	-6.917
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	120	-123
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	67.553	-118.537
Metro do Porto, S.A.	5.943	-6.503
PARPÚBLICA – Participações Públicas SGPS, S.A.	59.503	-70.643
Total	139.180	-202.723

Fonte: IGCP

Na Tabela 19 apresenta-se a análise da sensibilidade do valor de mercado dos IGRF em processos de contencioso à variação das taxas de juro. Verifica-se que a sensibilidade a choques das curvas *swap* é mais elevada nestes derivados, que correspondem a operações do tipo *snowball* com uma forte componente de alavancagem.

Tabela 19 – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade (processos em contencioso)

Unidade: milhares de euros, reportados a 31.03.2017

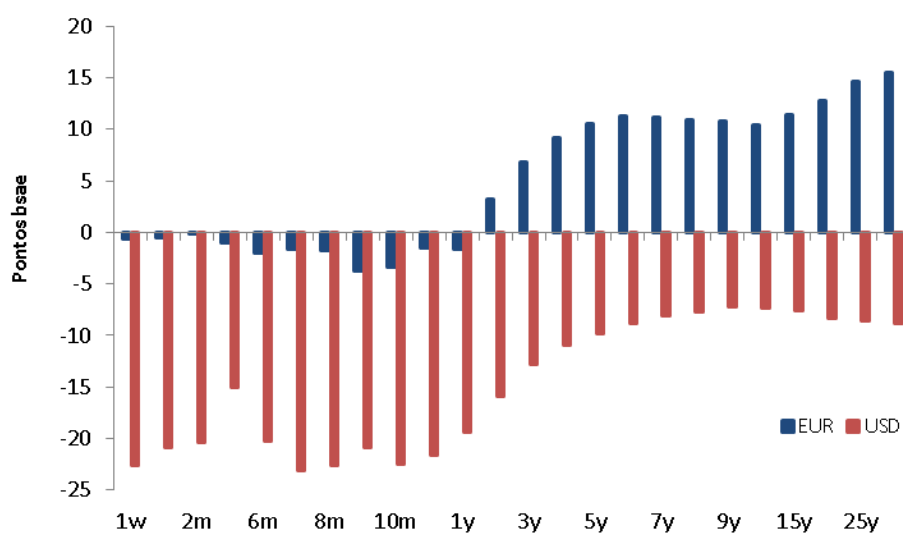
Empresa	$\Delta +1$ p.p.	$\Delta -1$ p.p.
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	1,267	-1,300
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	81,855	-90,930
Metro do Porto, S.A.	74,418	-95,243
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	19,904	-21,771
Total	177,444	-209,245

Fonte: IGCP

Por último, apresenta-se de seguida a evolução da taxa *swap* do euro e do dólar, bem como a volatilidade implícita numa *swaption* 5y5y *at-the-money*³⁸ (ATM), procurando-se com estes indicadores evidenciar as alterações de mercado nos últimos meses.

operações não permitem taxas negativas, pelo que nestes casos a sensibilidade às taxas de juro foi calculada com recurso a modelos diferentes dos usados para calcular o valor de mercado.

³⁸ Representa a volatilidade implícita no preço de uma opção com vencimento daqui a 5 anos para entrar num *swap* de taxa fixa com maturidade de 5 anos ao nível previsto pela *forward* atual. Atendendo ao facto de haver derivados nas carteiras das empresas públicas com *caps* de curto prazo e outros com *swaptions* de longo prazo, considera-se que a *swaption* 5y5y é um bom indicador para medir a evolução do nível geral da volatilidade.

Figura 9 – Variação das taxas EUR e USD**Figura 10 – Evolução de volatilidade implícita em swaption 5y5y ATM**

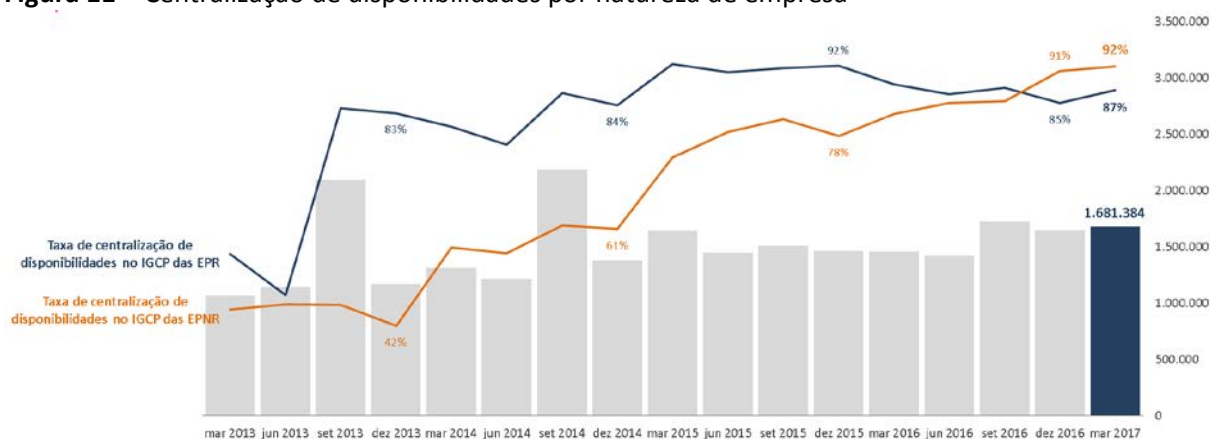
Fonte: Bloomberg

6 UNIDADE DE TESOUREARIA DO ESTADO

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 determinou a obrigatoriedade de todas as EPNF, EPR ou EPNR, manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da IGCP. Esta orientação foi concretizada no final de 2010, mantendo-se em vigor desde então³⁹.

A figura seguinte apresenta o total de disponibilidades e aplicações financeiras das empresas públicas⁴⁰ junto da IGCP desde 2013, ano em que entrou em vigor o novo RJSPE.

Figura 11 – Centralização de disponibilidades por natureza de empresa



Fonte: SiRIEF

No final do primeiro trimestre de 2017, as EPNR apresentaram uma taxa de centralização que ronda os 92%, tendo aumentado face aos 91% registados no quarto trimestre de 2016. Por outro lado, as EPR registaram uma taxa de centralização que ronda os 87%, representando também um aumento face aos 85% registados no quarto trimestre de 2016.

A nível setorial, os setores dos *Transportes e Armazenagem* e das *Gestoras de Património* assumem particular relevância, representando respetivamente cerca de 41% e 25% fundos centralizados na IGCP.

As empresas dos setores da *Administração Pública*, das *Gestoras de Património*, da *Saúde* e dos *Transportes e Armazenagem* representam 90% dos fundos centralizados na IGCP por parte das empresas públicas.

³⁹ Com a entrada em vigor do novo RJSPE as empresas do SEE passaram a estar obrigadas ao cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado e à divulgação de informação adicional junto da DGTF.

⁴⁰ Não se incluem nesta secção as empresas que, na sequência de operações de privatização ou de fusão, extinção de atividade, entre outros, deixaram de estar obrigadas a divulgar informação sobre as suas disponibilidades financeiras à DGTF.

**Tabela 20** – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade

Unidade: milhares de euros

Setor	T4 2013	T4 2014	T4 2015	T1 2016	T4 2016	T1 2017
Administração Pública	132.275	171.586	91.861	100.299	123.398	168.509
Agricultura e Pescas	7.101	4.602	4.149	5.955	11.368	14.276
Atividades Administrativas	0	0	0	4.890	5.116	6.895
Construção	33.992	34.932	10.675	5.732	10.444	8.349
Cultura	4.169	5.544	6.434	4.415	10.923	11.475
Empresas Financeiras	131.141	22.742	65.013	65.444	139.083	50.717
Empresas Imobiliárias	24.922	48.701	73.925	87.620	46.648	30.388
Gestoras de Património	356.023	361.764	306.801	359.756	452.259	415.035
Indústrias Transformadoras	84	31.073	41.065	41.659	51.011	44.755
Informação e Comunicação	7	53	42	36	2.795	3.015
Saúde	265.739	484.706	213.850	233.841	179.420	231.096
Transportes e Armazenagem	219.064	219.415	654.984	553.634	614.989	694.709
SEE	1.174.516	1.385.117	1.468.798	1.463.513	1.653.480	1.681.129

Fonte: SiRIEF

Destaca-se ainda o aumento da taxa de centralização de fundos das empresas pertencentes aos setores da *Informação e Comunicação* e da *Cultura*, de 17% e 72% no final de 2016 para 42% e 86% no final do primeiro trimestre de 2017, acompanhada em termos absolutos por um aumento das disponibilidades depositadas na IGCP. Por outro lado, o setor das *Empresas Financeiras* registou uma diminuição significativa da taxa de centralização de fundos na IGCP, de 88% no final de 2016 para 73% no final do primeiro trimestre de 2017.

Tabela 21 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade

Setor	T4 2013	T4 2014	T4 2015	T1 2016	T4 2016	T1 2017
Administração Pública	99%	99%	99%	99%	99%	100%
Agricultura e Pescas	86%	59%	73%	73%	81%	86%
Atividades Administrativas				83%	93%	94%
Construção	70%	92%	77%	76%	93%	87%
Cultura	76%	68%	65%	51%	72%	86%
Empresas Financeiras	68%	40%	77%	79%	88%	73%
Empresas Imobiliárias	45%	92%	92%	98%	96%	93%
Gestoras de Património	60%	59%	82%	81%	78%	81%
Indústrias Transformadoras	0%	92%	98%	98%	99%	99%
Informação e Comunicação	0%	2%	1%	1%	17%	42%
Saúde	95%	97%	98%	97%	98%	96%
Transportes e Armazenagem	74%	73%	89%	84%	88%	89%
SEE	70%	77%	88%	86%	86%	88%

Fonte: SiRIEF



ANEXOS

A. EMPRESAS CONSIDERADAS

Administração Pública

Parque Escolar, E.P.E.*

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.*

Agricultura e Pescas

Companhia das Lezírias, S.A.

Docapesca – Portos e Lotas, S.A.

Atividades Administrativas

Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e

Participação em projectos, S.A.

Construção

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do

Alqueva, S.A.*

Cultura

Circuito do Estoril, S.A.

Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.

Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.

Teatro Nacional S. João, E.P.E.*

Empresas Financeiras

FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido
Empresarial SGPS, S.A.

Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento
Imobiliário, S.A.

Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento
Imobiliário, S.A.

Parública-Participações Públicas SGPS, S.A.*

Portugal Capital Ventures – Soci. de Capital de Risco, S.A.

Empresas Imobiliárias

Baía do Tejo, S.A.

CONSEST – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.*

ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias,
S.A.*

Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro –
Florestal, Imobiliário, Turístico e Cinegético, S.A.

Gestoras de Património

AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.

AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.

AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de
Portugal, E.P.E.

EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.

Parque Expo 98, S.A.*

PARUPS, S.A.*

PARVALOREM, S.A.*

Polis Litoral Norte – Sociedade para a Requalificação e

Valorização do Litoral Norte, S.A. †

Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e

Valorização da Ria de Aveiro, S.A. †

Polis Litoral Sudoeste, S.A.*

SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.

Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.*

Indústrias Transformadoras

Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.

Informação e Comunicação

Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.

RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.*

Saúde

Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.*

Centro Hospitalar da Cova da Beira, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.*

Centro Hospitalar São João, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E. †

Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.

Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.*

Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.*

Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.*

Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.*

Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.*

Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.

Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.*

Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.*

Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.*

Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.*

Hospital Garcia da Orta, E.P.E.*

Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.

Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.

Instituto Português de Oncologia de Coimbra, Francisco

Gentil, E.P.E.*

Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil,

E.P.E.*

Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil,

E.P.E.*

Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E. †

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.*

Transportes e Armazenagem

APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.



APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.

APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.*

IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.*

Metro do Mondego, S.A.*

Metro do Porto, S.A.*

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.*

Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.

Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.

TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A.*

* Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

† Empresas Públicas em Liquidação

**B. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA****Tabela 22 – Resultado Líquido por empresa**

Unidade: Milhares de euros

	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	6.704	12.412	-5.709	-46%	834	5.869	704%	
Parque Escolar, E.P.E.	5.036	10.745	-5.709	-53%	-544	5.580	1.027%	
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	1.667	1.667	-0	-0%	1.378	290	21%	
Agricultura e Pescas	630	15	615	4.173%	-353	983	278%	
Companhia das Lezírias, S.A.	349	305	44	14%	203	146	72%	
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	281	-291	572	197%	-556	837	151%	
Atividades Administrativas	253	-57	310	543%	162	91	56%	
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	253	-57	310	543%	162	91	56%	
Construção	-5.302	-2.016	-3.286	-163%	-2.397	-2.904	-121%	
Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.	-154	79	-233	-294%	-131	-23	-17%	
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	-5.148	-2.095	-3.053	-146%	-2.267	-2.881	-127%	
Cultura	581	1.093	-512	-47%	954	-373	-39%	
CE – Circuito do Estoril, S.A.	123	20	103	521%	263	-141	-53%	
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	592	1.588	-996	-63%	951	-358	-38%	
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	-191	-515	324	63%	-305	113	37%	
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	57	0	57		44	13	29%	
Empresas Financeiras	-6.934	-31.820	24.886	78%	-55.076	48.142	87%	
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	-6	-11	5	49%	-8	3	34%	
Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	104	81	24	29%	113	-9	-8%	
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	69	25	43	171%	64	5	8%	
Parpública – Part. Públicas SGPS, S.A.	-7.399	-32.212	24.813	77%	-55.505	48.106	87%	
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	297	297	0	0%	260	37	14%	
Empresas Imobiliárias	5.567	4.848	718	15%	5.577	-10	-0%	
Baía do Tejo, S.A.	79	-25	104	419%	-87	166	191%	
CONSEST – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	-49	-208	160	77%	-52	4	7%	
ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	5.682	5.049	633	13%	5.851	-169	-3%	
Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro – Florestal, Imobiliário, Turístico e Cinegético, S.A.	-146	32	-178	-557%	-135	-11	-8%	
Gestoras de Património	-29.134	-53.202	24.068	45%	-44.603	15.468	35%	
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	145	108	37	35%	464	-319	-69%	
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	7.863	2.623	5.240	200%	1.399	6.465	462%	
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	-359	104	-463	-447%	105	-464	-443%	

**Tabela 22 – Resultado Líquido por empresa (continuação)**

	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	159	61	98	161%	150	9	6%
Parque Expo 98, S.A.	-1.472	-10.133	8.661	85%	-2.750	1.278	46%
PARUPS, S.A.	-4.755	-7.629	2.874	38%	-9.055	4.300	47%
PARVALOREM, S.A.	-31.744	-38.720	6.976	18%	-35.481	3.736	11%
Polis Litoral Norte – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	-0	0	-0	-104%	-0	0	88%
Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	0	0	0		0	0	
Polis Litoral Sudoeste, S.A.	-0	0	-0		0	-0	-143%
SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	1.305	918	388	42%	965	340	35%
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	-276	-532	257	48%	-399	124	31%
Indústrias Transformadoras	3.067	1.622	1.445	89%	3.360	-293	-9%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	3.067	1.622	1.445	89%	3.360	-293	-9%
Informação e Comunicação	272	1.404	-1.132	-81%	1.551	-1.279	-82%
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	132	261	-128	-49%	84	48	57%
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	140	1.143	-1.004	-88%	1.467	-1.327	-90%
Saúde	-221.661	-103.186	-118.475	-115%	-179.722	-41.939	-23%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	-6.166	-6.748	583	9%	-3.989	-2.177	-55%
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	-3.715	-3.241	-474	-15%	-4.071	355	9%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	-1.031	-947	-84	-9%	-612	-418	-68%
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-25.506	-9.142	-16.365	-179%	-19.378	-6.129	-32%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	-23.386	268	-23.654	-8.842%	-32.652	9.266	28%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-10.036	-2.208	-7.828	-355%	-9.771	-265	-3%
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	-14.901	-5.924	-8.977	-152%	-8.273	-6.628	-80%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-6.152	-6.152	0	0%	-7.622	1.470	19%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	-6.505	-3.160	-3.345	-106%	-3.434	-3.070	-89%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-11.632	-6.116	-5.516	-90%	-4.678	-6.954	-149%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	-4.742	-1.929	-2.813	-146%	-5.051	309	6%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-1.536	-860	-676	-79%	-753	-783	-104%
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	-6.431	-3.921	-2.510	-64%	-4.579	-1.852	-40%
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-8.442	-4.228	-4.214	-100%	-5.392	-3.050	-57%
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	-3.734	-1.650	-2.084	-126%	-3.641	-94	-3%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	-17.981	-17.622	-360	-2%	-9.815	-8.166	-83%
Centro Hospitalar Douro e Vouga, E.P.E.	-2.508	-2.206	-303	-14%	-2.629	121	5%
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	-1.828	-213	-1.615	-760%	-1.802	-26	-1%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	-4.256	-574	-3.682	-642%	-3.549	-707	-20%
Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.	-5.063	-3.999	-1.064	-27%	-2.937	-2.125	-72%

**Tabela 22 – Resultado Líquido por empresa (continuação)**

	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	210	107	103	96%	119	90	76%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	-131	-112	-18	-16%	-67	-64	-95%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	-6.635	-552	-6.083	-1.101%	-5.507	-1.127	-20%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	-2.884	-1.405	-1.480	-105%	-1.652	-1.233	-75%
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	-2.673	-1.000	-1.673	-167%	-425	-2.247	-528%
Hospital Pr. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	-6.094	-4.826	-1.268	-26%	-6.509	415	6%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	-574	23	-597	-	-1.188	614	52%
Instituto Português de Oncologia de Coimbra, Francisco Gentil, E.P.E.	-1.020	-400	-620	-155%	-244	-775	-317%
Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E.P.E.	-5.933	-1.263	-4.671	-370%	-3.851	-2.082	-54%
Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil, E.P.E.	-5.852	874	-6.726	-769%	-4.696	-1.156	-25%
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	-4.352	-2.382	-1.969	-83%	-4.737	386	8%
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	-949	-138	-811	-588%	-2.084	1.135	54%
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.	-7.561	-7.561	-0	-0%	-5.383	-2.178	-40%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	-3.114	-664	-2.449	-369%	-2.278	-836	-37%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-2.495	-1.675	-820	-49%	-1.724	-771	-45%
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	37	23	13	56%	-34	71	206%
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.	-3.199	-1.126	-2.072	-184%	-3.104	-94	-3%
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	-2.889	-537	-2.352	-438%	-1.727	-1.162	-67%
Transportes e Armazenagem	-48.392	-89.628	41.236	46%	-136.954	88.562	65%
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.	778	137	642	470%	-83	861	1.042%
APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	2.429	2.314	115	5%	2.465	-35	-1%
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	548	138	410	296%	3.537	-2.989	-85%
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	5.144	5.144	0	0%	3.833	1.311	34%
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	696	737	-42	-6%	787	-92	-12%
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	-33.641	-46.056	12.415	27%	-37.236	3.594	10%
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	15.867	24.101	-8.234	-34%	10.652	5.215	49%
Metro do Mondego, S.A.	-6	-7	0	1%	-5	-1	-21%
Metro do Porto, S.A.	-19.910	-49.378	29.468	60%	-76.031	56.121	74%
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-16.067	-12.861	-3.206	-25%	-31.216	15.149	49%
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.	-92	-1.580	1.488	94%	932	-1.024	-110%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-810	-5.814	5.004	86%	-11.912	11.103	93%
TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A.	-3.327	-6.503	3.175	49%	-2.678	-650	-24%
Total	-294.350	-258.515	-35.836	-14%	-406.667	112.317	28%



Fonte: SiRIEF

Tabela 23 – Endividamento por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	1.073.489	1.143.489	-70.000	-6%	1.073.489	0	0%	
Parque Escolar, E.P.E.	1.073.489	1.143.489	-70.000	-6%	1.073.489	0	0%	
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Agricultura e Pescas	0	0	0		0	0		
Companhia das Lezírias, S.A.	0	0	0		0	0		
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	0	0	0		0	0		
Atividades Administrativas	59.491	63.155	-3.663	-6%	58.940	551	1%	
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	59.491	63.155	-3.663	-6%	58.940	551	1%	
Construção	684.916	676.900	8.016	1%	691.488	-6.572	-1%	
Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.	700	675	25	4%	684	16	2%	
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	684.216	676.225	7.991	1%	690.804	-6.588	-1%	
Cultura	0	0	0		0	0		
CE – Circuito do Estoril, S.A.	0	0	0		0	0		
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	0	0	0		0	0		
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Empresas Financeiras	3.720.877	3.694.534	26.343	1%	3.700.772	20.105	1%	
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	0	0	0		0	0		
Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	0	0	0		0	0		
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	0	0	0		0	0		
Parpública – Part. Públicas SGPS, S.A.	3.720.877	3.694.534	26.343	1%	3.700.772	20.105	1%	
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	0	0	0		0	0		
Empresas Imobiliárias	248.537	296.806	-48.269	-16%	246.285	2.252	1%	
Baía do Tejo, S.A.	0	1.255	-1.255	-100%	0	0		
CONSEST – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	5.209	5.480	-271	-5%	5.161	48	1%	
ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	243.328	290.071	-46.743	-16%	241.125	2.203	1%	
Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro – Florestal, Imobiliário, Turístico e Cinagético, S.A.	0	0	0		0	0		
Gestoras de Património	5.521.483	5.512.352	9.131	0%	5.515.619	5.864	0%	
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	11.714	11.677	37	0%	14.538	-2.824	-19%	
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	575.000	575.000	0	0%	575.000	0	0%	
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	0	0	0		0	0		

**Tabela 23 – Endividamento por empresa (continuação)**

	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	0	0	0		0	0		
Parque Expo 98, S.A.	113.568	98.908	14.661	15%	113.568	0	0%	
PARUPS, S.A.	391.855	364.123	27.732	8%	389.618	2.237	1%	
PARVALOREM, S.A.	4.406.346	4.418.886	-12.540	-0%	4.379.249	27.098	1%	
Polis Litoral Norte – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	0	0	0		0	0		
Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	0	0	0		0	0		
Polis Litoral Sudoeste, S.A.	0	0	0		0	0		
SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	23.000	23.582	-582	-2%	24.039	-1.039	-4%	
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	0	20.177	-20.177	-100%	19.607	-19.607	-100%	
Indústrias Transformadoras	0	0	0		0	0		
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	0	0	0		0	0		
Informação e Comunicação	120.482	112.379	8.103	7%	112.693	7.789	7%	
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	95	301	-207	-69%	148	-54	-36%	
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	120.387	112.077	8.310	7%	112.544	7.843	7%	
Saúde	0	60	-60	-100%	0	0		
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar Douro e Vouga, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.	0	0	0		0	0		

**Tabela 23 – Endividamento por empresa (continuação)**

	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Pr. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Instituto Português de Oncologia de Coimbra, Francisco Gentil, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	0	60	-60	-100%	0	0	
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Transportes e Armazenagem	18.885.831	14.218.398	4.667.433	33%	18.884.570	1.262	0%
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.	15.595	15.595	-0	-0%	15.727	-132	-1%
APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	18.660	18.660	0	0%	18.660	0	0%
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	84.580	86.318	-1.738	-2%	86.697	-2.117	-2%
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	0	0	0		0	0	
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	0	0	0		0	0	
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	3.019.683	3.029.944	-10.261	-0%	3.024.535	-4.852	-0%
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	8.349.374	4.468.489	3.880.885	87%	8.344.014	5.360	0%
Metro do Mondego, S.A.	0	0	0		0	0	
Metro do Porto, S.A.	3.394.482	3.405.819	-11.337	-0%	3.378.234	16.248	0%
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	3.473.058	2.690.042	783.016	29%	3.487.194	-14.136	-0%
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.	2.328	2.328	-0	-0%	2.328	0	0%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	370.982	369.487	1.495	0%	370.325	657	0%
TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A.	157.089	131.716	25.373	19%	156.857	233	0%
Total	30.315.107	25.718.073	4.597.034	18%	30.283.855	31.252	0%

Fonte: SÍRIEF



Tabela 24 – EBITDA por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	28.367	36.902	-8.535	-23%	24.215	4.152	17%
Parque Escolar, E.P.E.	25.615	34.150	-8.535	-25%	21.830	3.785	17%
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	2.752	2.752	-0	-0%	2.385	367	15%
Agricultura e Pescas	1.759	1.231	528	43%	769	990	129%
Companhia das Lezírias, S.A.	594	612	-18	-3%	477	118	25%
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	1.165	619	546	88%	292	872	298%
Atividades Administrativas	2.049	1.930	119	6%	2.028	21	1%
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	2.049	1.930	119	6%	2.028	21	1%
Construção	3.297	3.274	23	1%	3.903	-606	-16%
Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.	-144	89	-232	-262%	-108	-35	-33%
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	3.441	3.185	255	8%	4.012	-571	-14%
Cultura	783	2.883	-2.100	-73%	1.154	-371	-32%
CE – Circuito do Estoril, S.A.	192	99	94	95%	341	-148	-44%
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	598	3.178	-2.580	-81%	957	-359	-38%
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	-123	-455	332	73%	-246	123	50%
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	116	61	55	90%	102	14	14%
Empresas Financeiras	31.601	3.182	28.419	893%	-12.777	44.378	347%
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	-6	-13	7	57%	-13	7	56%
Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	139	108	32	30%	150	-11	-7%
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	69	26	43	167%	65	4	7%
Parpública – Part. Públicas SGPS, S.A.	30.966	2.630	28.337	1.078%	-13.342	44.308	332%
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	431	431	0	0%	362	69	19%
Empresas Imobiliárias	9.461	9.271	190	2%	10.292	-830	-8%
Baía do Tejo, S.A.	190	97	93	96%	32	158	502%
CONSEST – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	-13	-156	143	92%	-20	7	35%
ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	9.412	9.282	131	1%	10.396	-984	-9%
Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro – Florestal, Imobiliário, Turístico e Cinagético, S.A.	-128	49	-177	-360%	-116	-12	-11%
Gestoras de Património	-5.318	-18.734	13.416	72%	-8.066	2.748	34%
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	556	535	21	4%	998	-442	-44%
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	121	123	-2	-2%	-12	133	1.102%
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	-338	200	-538	-269%	153	-491	-321%

**Tabela 24 – EBITDA por empresa (continuação)**

	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	215	81	134	165%	172	43	25%
Parque Expo 98, S.A.	-1.421	-9.774	8.354	85%	-2.570	1.149	45%
PARUPS, S.A.	470	-131	601	458%	-429	899	210%
PARVALOREM, S.A.	-5.949	-10.383	4.434	43%	-7.101	1.152	16%
Polis Litoral Norte – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	3	1	1	85%	1	2	282%
Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	1	0	1		0	1	
Polis Litoral Sudoeste, S.A.	3	0	3		2	1	73%
SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	1.283	950	333	35%	951	333	35%
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	-262	-337	75	22%	-231	-31	-14%
Indústrias Transformadoras	5.237	3.355	1.882	56%	5.627	-391	-7%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	5.237	3.355	1.882	56%	5.627	-391	-7%
Informação e Comunicação	2.753	4.294	-1.541	-36%	3.995	-1.242	-31%
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	245	408	-163	-40%	197	48	24%
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	2.508	3.886	-1.378	-35%	3.798	-1.290	-34%
Saúde	-189.515	-69.722	-119.793	-172%	-146.730	-42.784	-29%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	-5.122	-5.716	594	10%	-2.953	-2.168	-73%
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	-3.479	-2.839	-640	-23%	-3.798	319	8%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	-204	26	-230	-886%	245	-448	-183%
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-24.065	-7.105	-16.960	-239%	-16.902	-7.163	-42%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	-8.482	-563	-7.920	-1.408%	-8.147	-335	-4%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-12.948	-3.533	-9.415	-266%	-6.320	-6.628	-105%
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	-5.485	-5.485	0	0%	-6.829	1.344	20%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-4.692	-1.489	-3.203	-215%	-1.954	-2.737	-140%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	-10.022	-4.385	-5.636	-129%	-2.942	-7.080	-241%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-4.288	-1.403	-2.885	-206%	-4.531	244	5%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	-1.413	-743	-670	-90%	-754	-659	-87%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-6.069	-3.519	-2.550	-72%	-4.184	-1.885	-45%
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	-6.863	-2.740	-4.124	-151%	-4.134	-2.730	-66%
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-2.749	-587	-2.162	-368%	-2.603	-146	-6%
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	-16.066	-15.722	-344	-2%	-7.916	-8.149	-103%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	-1.790	-3.149	1.359	43%	-1.812	23	1%
Centro Hospitalar Douro e Vouga, E.P.E.	-20.973	2.643	-23.615	-894%	-30.219	9.246	31%
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	-1.708	-77	-1.631	-2.122%	-1.689	-19	-1%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	-3.614	75	-3.689	-4.936%	-2.927	-687	-23%
Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.	-4.643	-3.521	-1.122	-32%	-2.508	-2.134	-85%

**Tabela 24 – EBITDA por empresa (continuação)**

	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	282	214	67	31%	183	98	54%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	25	88	-63	-72%	82	-57	-69%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	-6.221	-107	-6.115	-5.740%	-5.092	-1.130	-22%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	-2.378	-685	-1.693	-247%	-1.011	-1.367	-135%
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	-2.030	-245	-1.785	-729%	332	-2.362	-711%
Hospital Pr. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	-5.162	-3.754	-1.408	-38%	-5.536	374	7%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	-479	103	-582	-563%	-1.093	614	56%
Instituto Português de Oncologia de Coimbra, Francisco Gentil, E.P.E.	-263	438	-701	-160%	507	-770	-152%
Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E.P.E.	-4.299	203	-4.502	-2.216%	-2.388	-1.911	-80%
Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil, E.P.E.	-4.646	2.706	-7.352	-272%	-3.114	-1.533	-49%
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	-3.550	-1.475	-2.075	-141%	-4.268	718	17%
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	-602	229	-831	-363%	-1.872	1.270	68%
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.	-6.789	-6.962	173	2%	-4.770	-2.019	-42%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	-1.911	620	-2.531	-408%	-1.094	-817	-75%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-2.130	-1.168	-962	-82%	-1.283	-847	-66%
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	303	391	-88	-22%	235	69	29%
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.	-2.490	-359	-2.131	-594%	-2.331	-159	-7%
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	-2.500	-129	-2.372	-1.845%	-1.338	-1.162	-87%
Transportes e Armazenagem	208.624	177.258	31.366	18%	134.921	73.703	55%
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.	2.894	2.269	624	28%	2.044	850	42%
APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	8.242	10.600	-2.359	-22%	8.484	-243	-3%
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	4.247	4.146	101	2%	7.374	-3.127	-42%
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	11.453	11.453	0	0%	9.691	1.762	18%
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	1.737	1.909	-172	-9%	1.852	-115	-6%
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	-500	-7.763	7.263	94%	-1.300	800	62%
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	154.484	167.963	-13.478	-8%	160.379	-5.895	-4%
Metro do Mondego, S.A.	-5	-3	-2	-66%	-3	-2	-68%
Metro do Porto, S.A.	23.188	-3.112	26.300	845%	-34.521	57.709	167%
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	1.905	-7.189	9.094	126%	-20.687	22.592	109%
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.	3.034	2.167	867	40%	4.202	-1.169	-28%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-588	18	-606	-3.368%	-848	260	31%
TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A.	-1.465	-5.200	3.735	72%	-1.747	282	16%
Total	99.099	155.125	-56.026	-36%	19.330	79.769	413%

Fonte: SIREF

**Tabela 25 – CMVMC por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	0	0	0		0	0	
Agricultura e Pescas	753	664	89	13%	631	122	19%
Atividades Administrativas	0	0	0		0	0	
Construção	16	46	-31	-66%	70	-54	-78%
Cultura	251	412	-162	-39%	201	49	24%
Empresas Financeiras	0	0	0		0	0	
Empresas Imobiliárias	155	9.716	-9.561	-98%	36.526	-36.372	-100%
Gestoras de Património	4.192	2.880	1.311	46%	4.129	63	2%
Indústrias Transformadoras	4.676	5.256	-580	-11%	6.153	-1.477	-24%
Informação e Comunicação	20.082	20.750	-668	-3%	17.942	2.140	12%
Saúde	441.961	388.867	53.093	14%	415.328	26.632	6%
Transportes e Armazenagem	56.693	67.621	-10.927	-16%	52.423	4.270	8%
Total	528.778	496.213	32.565	7%	533.403	-4.625	-1%

Fonte: SiRIEF

Tabela 26 – FSE por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	7.134	9.059	-1.924	-21%	6.142	992	16%
Agricultura e Pescas	2.467	2.827	-360	-13%	2.483	-16	-1%
Atividades Administrativas	7	7	1	12%	0	7	1.932%
Construção	1.512	4.816	-3.304	-69%	7.504	-5.992	-80%
Cultura	2.867	3.093	-226	-7%	2.304	563	24%
Empresas Financeiras	638	1.098	-460	-42%	845	-207	-24%
Empresas Imobiliárias	1.656	2.613	-958	-37%	2.785	-1.130	-41%
Gestoras de Património	4.997	7.722	-2.725	-35%	5.954	-957	-16%
Indústrias Transformadoras	3.145	3.311	-166	-5%	3.225	-81	-3%
Informação e Comunicação	11.405	10.075	1.331	13%	10.243	1.163	11%
Saúde	186.489	190.968	-4.479	-2%	173.779	12.709	7%
Transportes e Armazenagem	118.785	161.363	-42.578	-26%	125.989	-7.204	-6%
Total	341.103	396.952	-55.849	-14%	341.255	-153	0%

Fonte: SiRIEF

**Tabela 27 – Gastos com Pessoal por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

	T1 2017		Δ (2017E/2017P)		T1 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	3.824	3.915	-91	-2%	3.491	333	10%	
Agricultura e Pescas	3.437	3.545	-108	-3%	3.505	-68	-2%	
Atividades Administrativas	0	0	0		0	0		
Construção	1.775	1.762	13	1%	1.794	-20	-1%	
Cultura	2.637	3.223	-587	-18%	2.623	14	1%	
Empresas Financeiras	1.311	1.642	-332	-20%	1.366	-55	-4%	
Empresas Imobiliárias	877	1.084	-208	-19%	972	-95	-10%	
Gestoras de Património	11.801	14.885	-3.084	-21%	13.243	-1.443	-11%	
Indústrias Transformadoras	4.828	4.855	-27	-1%	5.003	-174	-3%	
Informação e Comunicação	21.181	21.167	14	0%	20.407	774	4%	
Saúde	689.281	669.552	19.729	3%	655.019	34.262	5%	
Transportes e Armazenagem	125.624	134.168	-8.545	-6%	123.951	1.672	1%	
Total	866.575	859.801	6.775	1%	831.374	35.201	4%	

Fonte: SiRIEF

**Tabela 28 – Administração Pública: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	6.704	5.036	1.667	3.352	3.352	2.382	2	834	1.378	-544	417	417	1.359
Endividamento	2	1.073.489	1.073.489	0	536.744	536.744	759.071	2	1.073.489	1.073.489	0	536.744	536.744	759.071
EBITDA	2	28.367	25.615	2.752	14.184	14.184	16.167	2	24.215	21.830	2.385	12.108	12.108	13.750
Volume de Negócios	2	26.903	25.921	981	13.451	13.451	17.635	2	24.624	24.093	531	12.312	12.312	16.661
Gastos Operacionais	2	10.958	6.381	4.577	5.479	5.479	1.276	2	9.633	5.084	4.550	4.817	4.817	378

Fonte: SIRIEF

Tabela 29 – Agricultura e Pescas: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	630	349	281	315	315	48	2	-353	203	-556	-176	-176	537
Endividamento	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
EBITDA	2	1.759	1.165	594	879	879	403	2	769	477	292	384	384	130
Volume de Negócios	2	6.673	6.013	660	3.337	3.337	3.786	2	5.867	5.195	672	2.934	2.934	3.198
Gastos Operacionais	2	6.657	5.177	1.480	3.329	3.329	2.614	2	6.618	5.056	1.562	3.309	3.309	2.470

Fonte: SIRIEF

**Tabela 30** – Atividades Administrativas: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	253	253	253	253	253	-	1	162	162	162	162	162	-
Endividamento	1	59.491	59.491	59.491	59.491	59.491	-	1	58.940	58.940	58.940	58.940	58.940	-
EBITDA	1	2.049	2.049	2.049	2.049	2.049	-	1	2.028	2.028	2.028	2.028	2.028	-
Volume de Negócios	1	1.908	1.908	1.908	1.908	1.908	-	1	1.927	1.927	1.927	1.927	1.927	-
Gastos Operacionais	1	7	7	7	7	7	-	1	0	0	0	0	0	-

Fonte: SIRIEF

Tabela 31 – Construção: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	-5.302	0	-5.148	-2.651	-2.651	3.532	2	-2.397	0	-2.267	-1.199	-1.199	1.510
Endividamento	2	684.916	684.216	700	342.458	342.458	483.319	2	691.488	690.804	684	345.744	345.744	487.989
EBITDA	2	3.297	3.441	-144	1.648	1.648	2.534	2	3.903	4.012	-108	1.952	1.952	2.913
Volume de Negócios	2	3.126	2.848	278	1.563	1.563	1.818	2	3.661	3.333	328	1.831	1.831	2.125
Gastos Operacionais	2	3.303	2.883	419	1.651	1.651	1.742	2	9.368	8.940	428	4.684	4.684	6.019

Fonte: SIRIEF

**Tabela 32 – Cultura: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	4	581	592	-191	145	90	327	4	954	951	-305	238	154	529
Endividamento	4	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0
EBITDA	4	783	598	-123	196	154	300	4	1.154	957	-246	289	221	507
Volume de Negócios	4	4.647	3.890	118	1.162	320	1.828	4	5.317	3.546	143	1.329	814	1.512
Gastos Operacionais	4	5.754	3.247	319	1.439	1.094	1.262	4	5.129	2.532	415	1.282	1.091	893

Fonte: SIRIEF

Tabela 33 – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	5	-6.934	297	-7.399	-1.387	69	3.363	5	-55.076	260	-55.505	-11.015	64	24.871
Endividamento	5	3.720.877	3.720.877	0	744.175	0	1.664.027	5	3.700.772	3.700.772	0	740.154	0	1.655.036
EBITDA	5	31.601	30.966	-6	6.320	139	13.779	5	-12.777	362	-13.342	-2.555	65	6.031
Volume de Negócios	5	1.975	1.292	0	395	134	526	5	2.145	1.376	0	429	192	553
Gastos Operacionais	5	1.949	879	6	390	293	387	5	2.211	1.008	5	442	292	456

Fonte: SIRIEF

**Tabela 34** – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	4	5.567	5.682	-146	1.392	15	2.862	4	5.577	5.851	-135	1.394	-69	2.971
Endividamento	4	248.537	243.328	0	62.134	2.604	120.821	4	246.285	241.125	0	61.571	2.580	119.727
EBITDA	4	9.461	9.412	-128	2.365	88	4.700	4	10.292	10.396	-116	2.573	6	5.216
Volume de Negócios	4	10.451	8.374	0	2.613	1.038	3.935	4	50.650	48.779	0	12.663	936	24.094
Gastos Operacionais	4	2.687	1.359	13	672	657	675	4	40.283	38.491	20	10.071	886	18.959

Fonte: SIRIEF

Tabela 35 – Gestoras de Património: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	12	-29.134	7.863	-31.744	-2.428	-0	9.656	12	-44.603	1.399	-35.481	-3.717	0	10.383
Endividamento	12	5.521.483	4.406.346	0	460.124	5.857	1.256.730	12	5.515.619	4.379.249	0	459.635	17.073	1.248.240
EBITDA	12	-5.318	1.283	-5.949	-443	3	1.846	12	-8.066	998	-7.101	-672	0	2.211
Volume de Negócios	12	14.300	5.504	0	1.192	72	1.745	12	15.168	5.504	0	1.264	404	1.687
Gastos Operacionais	12	20.989	7.341	100	1.749	640	2.424	12	23.327	7.016	156	1.944	960	2.281

Fonte: SIRIEF

**Tabela 36 – Indústrias Transformadoras: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	3.067	3.067	3.067	3.067	3.067	-	1	3.360	3.360	3.360	3.360	3.360	-
Endividamento	1	0	0	0	0	0	-	1	0	0	0	0	0	-
EBITDA	1	5.237	5.237	5.237	5.237	5.237	-	1	5.627	5.627	5.627	5.627	5.627	-
Volume de Negócios	1	18.446	18.446	18.446	18.446	18.446	-	1	21.371	21.371	21.371	21.371	21.371	-
Gastos Operacionais	1	12.649	12.649	12.649	12.649	12.649	-	1	14.381	14.381	14.381	14.381	14.381	-

Fonte: SIRIEF

Tabela 37 – Informação e Comunicação: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	272	140	132	136	136	5	2	1.551	1.467	84	776	776	978
Endividamento	2	120.482	120.387	95	60.241	60.241	85.060	2	112.693	112.544	148	56.346	56.346	79.476
EBITDA	2	2.753	2.508	245	1.377	1.377	1.600	2	3.995	3.798	197	1.997	1.997	2.546
Volume de Negócios	2	55.954	52.336	3.618	27.977	27.977	34.448	2	53.018	49.364	3.654	26.509	26.509	32.322
Gastos Operacionais	2	52.668	49.369	3.300	26.334	26.334	32.576	2	48.591	45.108	3.483	24.296	24.296	29.433

Fonte: SIRIEF

**Tabela 38** – Saúde: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	38	-221.661	210	-25.506	-5.833	-4.304	5.934	38	-179.722	119	-32.652	-4.730	-3.595	5.900
Endividamento	38	0	0	0	0	0	0	38	0	0	0	0	0	0
EBITDA	38	-189.515	303	-24.065	-4.987	-3.582	5.478	38	-146.730	507	-30.219	-3.861	-2.556	5.443
Volume de Negócios	38	1.093.198	94.528	5.377	28.768	20.776	22.908	38	1.061.474	95.310	5.012	27.934	19.425	22.521
Gastos Operacionais	38	1.317.731	111.794	6.017	34.677	23.489	28.769	38	1.244.127	109.497	6.248	32.740	21.941	27.480

Fonte: SIRIEF

Tabela 39 – Transportes e Armazenagem: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	13	-48.392	15.867	-33.641	-3.722	-6	12.594	13	-136.954	10.652	-76.031	-10.535	-5	24.146
Endividamento	13	18.885.831	8.349.374	0	1.452.756	84.580	2.502.477	13	18.884.570	8.344.014	0	1.452.659	86.697	2.501.339
EBITDA	13	208.624	154.484	-1.465	16.048	2.894	42.130	13	134.921	160.379	-34.521	10.379	1.852	46.719
Volume de Negócios	13	430.706	247.073	0	33.131	11.661	66.286	13	440.890	266.266	0	33.915	10.063	71.651
Gastos Operacionais	13	301.102	129.596	143	23.162	6.357	36.350	13	302.364	134.090	152	23.259	5.982	37.583

Fonte: SIRIEF



UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

Rua da Alfândega, 5 – R/C, 1100-016 Lisboa, Portugal

Tel.: +351 218 846 869 **Fax:** +351 218 846 735 **Correio Eletrónico:** utam@utam.gov.pt

www.utam.gov.pt